

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LUANA GRACÍLIA PERIOTTO COSTA

ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL: ESTUDOS PARA PROPOSTA
DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE NÚCLEO
MUSEOLÓGICO

Florianópolis
2004

LUANA GRACÍLIA PERIOTTO COSTA

**ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL: ESTUDOS PARA PROPOSTA
DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA E DE NÚCLEO
MUSEOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura I
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo, da Universidade do Sul de Santa
Catarina.

Orientadora Prof^a Ms Arq. Eliane Veras da Veiga

Florianópolis

2004

AGRADECIMENTOS:

À Eliane Veras da Veiga Pacheco, cujas orientações foram indispensáveis para a execução deste trabalho;

A arqueóloga Fabiana Comerlato pelas fotografias e pelo tempo despendido;

A arquiteta Cíntia Chamas do IPHAN pelas orientações e conselhos;

Ao arquiteto Cândido e demais funcionários do IPUF;

A todos os bibliotecários que me atenderam e aos professores da UNISUL, que com paciência e atenção me transmitiram valiosas informações, necessárias à execução deste trabalho,

Minha gratidão eterna!

DEDICATÓRIA:

A todos os Periottos e Berticellis, por serem os esteios de
minha vida...

À pequena princesa Sabrina, por todos os desenhos de
barcos e baleias, e pelas horas roubadas...

À dona Regina Sônia, rainha dos sonhos, de quem herdei o
amor pela história e pela arte...

Ao Ivan, meu amor...

E finalmente ao meu pai e à minha avó, dona Gracília, com
saudades!

RESUMO

A Armação do Pântano do Sul foi um importante núcleo baleeiro – a primeira indústria catarinense – instalado no Sul da Ilha de Santa Catarina, no ano de 1772. Anterior à colonização européia, o local também foi habitado por populações litorâneas caçadores-pescadores-coletores, cuja datação dos vestígios remete a 2650 anos AP. Atualmente o balneário da Armação do Pântano do Sul é uma praia muito procurada por turistas e surfistas, o que gerou o crescimento desordenado da localidade. Mas ainda são visíveis muitos dos vestígios das estruturas da antiga armação de baleias, e o sítio arqueológico pré-histórico ainda conserva grande parte de sua integridade, soterrado sob uma camada de 1,50 m de sedimentos. Esse trabalho visa, através do levantamento histórico, da análise do contexto atual do balneário, e de exemplos bem sucedidos de sinalizações interpretativas, museus e consolidações de ruínas, adquirir o embasamento teórico necessário para propor, no Trabalho de Conclusão de Curso II, a sinalização interpretativa do patrimônio cultural e natural do balneário, e do projeto arquitetônico de um núcleo museológico e de pesquisa.

Palavras Chave: Armação baleeira; sinalização interpretativa; arqueologia; museu temático.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização da Armação do Pântano do Sul _____	8
Figura 2 - Armações do Litoral de Santa Catarina _____	9
Figura 3 - Vista geral das ruínas da Armação baleeira nas areias da praia _____	12
Figura 4 - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca _____	14
Figura 5 - Iluminação de azeite de peixe _____	24
Figura 6 - Armação de São Domingos e o Forte de Gragotá. _____	25
Figura 7 - Detalhe da gravura de Debret, da Armação de Garopaba, com o Engenho de azeite, a casa de Tanques e o trapiche em primeiro plano _____	28
Figura 8 - Casa Grande da Armação de Garopaba (1998) _____	30
Figura 9 - Capela de Nossa Senhora da Piedade _____	32
Figura 10 - <i>Vue dans l'interieur de l'Ille de Ste. Catherine.</i> Louis Choris (1821) _____	32
Figura 11 - Detalhe da gravura de Debret da Armação de Itapocorói, com as baleeiras. _	33
Figura 12 - Vista geral do balneário da Armação do Pântano do Sul, _____	34
Figura 13 - Detalhe da argamassa de gala-gala, em base de pilar da Armação _____	35
Figura 14 - Ponta das Campanhas com as redes de pesca secando ao sol _____	36
Figura 15 - Detalhe da Proa e Popa do Bote baleeiro _____	37
Figura 16 - Baleeira na Praia da Armação do Pântano do Sul _____	37
Figura 17 - Mapa da “Armação da Lagoinha” com a localização das estruturas _____	38
Figura 18 - Ferramentas utilizadas para o abate e desmancho da baleia _____	39
Figura 19 - Vista Geral da Praia da Armação e da Lagoa do Perí _____	42
Figura 20 - Última baleia caçada na Armação do Pântano do Sul (1955) _____	42
Figura 21 - Vista da Capela de Sant’ Ana, a partir do mar _____	43
Figura 22 - Capela de Sant’ Ana, já com a Torre Sineira (provavelmente década de 1960) _____	44
_____	44
Figura 23 - Vista geral do interior da Capela de Sant’ Ana _____	44
Figura 24 - Reforma do telhado (1998) _____	44
Figura 25 - Reforma do telhado (1998) _____	45
Figura 26 - Vista interna da torre da parede do altar _____	45
Figura 27- Capela de Sant’ Ana após a reforma de 1998 _____	45
Figura 28 - Detalhe do portão do cemitério murado (2004) _____	46
Figura 29 - Cristo Crucificado	Figura 30 - Santo Antônio da Capela de Sant’ Ana 46

Figura 31 - Detalhe da janela no reboco da parede frontal da capela, mostrando a argamassa original _____	46
Figura 32 - Capela de Sant' Ana e entorno _____	47
Figura 33 - Fachada original – Fachada após 1953 – Fachada atual _____	47
Figura 34 - Desenho do Petroglifo da Praia da Armação do Pântano do Sul _____	48
Figura 35 - Rio do Quincas Antônio _____	51
Figura 36 - SC-406 sem acostamento na praia da Armação do Pântano do Sul _____	53
Figura 37 - Tartaruga Marinha, que costuma a utilizar as areias das dunas da Armação para descansar e botar seus ovos _____	55
Figura 38 - Estrutura cadastrada pela arqueóloga Fabiana Comerlato, que atualmente está completamente coberta pela areia _____	56
Figura 39 - Estrutura 01 _____	57
Figura 40 - Estrutura 03 _____	59
Figura 41 - Estrutura 04 _____	60
Figura 42 - Estrutura 05 _____	61
Figura 43 - Estrutura 06 _____	62
Figura 44 - Estrutura 07 _____	63
Figura 45 - Estrutura 08 _____	64
Figura 46 - Estrutura 09 _____	65
Figura 47 - Estrutura 11 _____	67
Figura 48 - Estrutura 12 _____	68
Figura 49 - Estrutura 13 (1998) _____	69
Figura 50 - Estrutura 13 _____	69
Figura 51 - Base de pilar deslocado para o molhe de acesso às campanhas por vândalos _____	70
Figura 52 - Estrutura 16 _____	72
Figura 53 - Baleeira de Santa Catarina, cuja técnica de construção está em extinção _____	81
Figura 54 - Sinalização interpretativa do projeto Baleia Franca – Imbituba _____	82
Figura 55 - Mapa ilustrado dos <i>Jardines de la Granja</i> , Espanha _____	86
Figura 56 - Placa Indicativa do patrimônio cultural da cidade de Ávila – Espanha _____	87
Figura 57 - Placa Indicativa do patrimônio cultural – Espanha _____	88
Figura 58 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 1957 e 1977 _____	98
Figura 59 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 1994 e 1998 _____	99
Figura 60 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 2002 _____	99
Figura 61 - Mapa de Zoneamento da Armação do Pântano do Sul _____	100

Figura 62 - Ocupação irregular nas encostas dos morros da Armação _____	101
Figura 63 - Faixa de Domínio do Rio do Quincas _____	101
Figura 63 - Mapa de Macro-zoneamento _____	102
Figura 65 - Calçada da Avenida Marginal da Horta _____	104
Figura 66 - Casas dos botes baleeiros _____	106
Figura 67 - Baleeiros no cais da Vila das Velas _____	106
Figura 68 - Museu dos Baleeiros _____	107
Figura 69 - Instalações da canoa baleeira do Pico _____	108
Figura 70 - Baleeira em osso de cachalote e Scrimshaw _____	108
Figura 72 - Canoa baleeira nas Lajes do Pico _____	110
Figura 73 - Oficina do Carpinteiro _____	110
Figura 74 - Oficina do ferreiro _____	111
Figura 75 - Vista aérea do Museu dos Baleeiros _____	111
Figura 76 - Vista aérea da Casa da Torre _____	112
Figura 77 - Planta Baixa da Casa da Torre _____	113
Figura 78 - Passarela de aço corten, recuada das alvenarias _____	117
Figura 79 - Fachada da Casa da Torre _____	118
Figura 80 - Piso em Placas de aço corten _____	118
Figura 81 - Museu ao ar livre do Costão do Santinho _____	121
Figura 82 - Petroglifos do Costão do Santinho _____	121
Figura 83 - Vista da Trilha e das placas com sinalização interpretativa do patrimônio natural _____	122
Figura 84 - Vista Geral da trilha sinalizada e do Tóten de concreto com sinalização ____	123
Figura 85 - Estrutura de proteção dos petroglifos _____	123
Figura 86 - Representação do homem pré-histórico _____	124
Figura 87 - Placa de sinalização interpretativa das oficinas líticas _____	125
Figura 88 - Placa de sinalização interpretativa _____	125
Figura 89 - Placas de sinalização indicativa no deck de madeira _____	126
Figura 90 - Sinalização interpretativa do Naufrágio na praia dos ingleses _____	127
Figura 91 - Detalhe de botija peroleira, Prospecção subaquática e Chocalho de animais	127
Figura 92 - Anel, Projéteis de vários calibres e Tinteiro _____	128
Figura 93 - Detalhe dos ossos humanos encontrados no naufrágio (dois homens) ____	128
Figura 94 - Relógio de sol encontrado pela equipe de mergulhadores _____	129
Figura 95 - Vitrines com as botijas peroleiras e demais objetos encontrados _____	130

Figura 96 - Oficina lítica encontrada na Ponta das Campanhas, danificada com tinta a óleo.

LISTA DE ABREVIações

AEH – Área de elementos hídricos

AER – Área de exploração rural

AP – Antes do presente (1950) – datação arqueológica

APA – Área de Proteção Ambiental

APC – Área de preservação cultural

APL – Área de preservação com uso limitado

APP – Área de preservação permanente

CEDAU – Centro de documentação acadêmica da UNISUL

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

IBPC – Instituto brasileiro do patrimônio cultural

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

PAS – Projeto de Arqueologia Subaquática

SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCC – Trabalho de conclusão de curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

ZEU – Zona de expansão urbana

ZU – Zonas urbanizáveis

ZUP – Zonas de urbanização prioritária

ZUD – Zona de urbanização diferenciada

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>8</u>
<u>2</u>	<u>JUSTIFICATIVA</u>	<u>12</u>
<u>3</u>	<u>OBJETIVOS</u>	<u>15</u>
3.1	OBJETIVO GERAL	15
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
<u>4</u>	<u>METODOLOGIA</u>	<u>17</u>
<u>5</u>	<u>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</u>	<u>19</u>
5.1.1	A ILHA DE SANTA CATARINA E A PESCA DA BALEIA	19
5.1.2	PROCESSO E PRODUTOS ORIUNDOS DA PESCA DA BALEIA	24
5.1.3	OCUPAÇÃO ESPACIAL	27
<u>6</u>	<u>A ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL</u>	<u>34</u>
6.1	HISTÓRICO DA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL	34
6.2	A CAPELA DE SANT'ANA E SUAS INTERVENÇÕES	43
6.3	IMPORTÂNCIA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO HISTÓRICO	49
6.4	SITUAÇÃO ATUAL: INFRA-ESTRUTURA, EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	51
6.5	ESTRUTURAS REMANESCENTES	56
6.5.1	ESTRUTURA 01: MEIA PAREDE DE EDIFICAÇÃO	57
6.5.2	ESTRUTURA 02: MEIA PAREDE DE EDIFICAÇÃO	58
6.5.3	ESTRUTURA 03: BASE DE PILAR	59
6.5.4	ESTRUTURA 04: BASE DE PILAR	60
6.5.5	ESTRUTURA 05: PILAR	61
6.5.6	ESTRUTURA 06: PILAR	62
6.5.7	ESTRUTURA 07: BASE DE PILAR	63

6.5.8	ESTRUTURA 08: RESQUÍCIOS DE PAREDE DE UMA EDIFICAÇÃO	64
6.5.9	ESTRUTURA 09: PILAR	65
6.5.10	ESTRUTURA 10: MEIA PAREDE	66
6.5.11	ESTRUTURA 11: PILAR	67
6.5.12	ESTRUTURA 12: PILAR	68
6.5.13	ESTRUTURA 13: PAREDE DE EDIFICAÇÃO	69
6.5.14	ESTRUTURA 14: BASE DE PILAR	70
6.5.15	ESTRUTURA 15: BASE DE PILAR	71
6.5.16	ESTRUTURA 16: FUNDAÇÃO DE EDIFICAÇÃO	72

7 REFERENCIAL TEÓRICO **73**

7.1	CONCEITUAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO, CULTURA, TURISMO E LEGISLAÇÃO	73
7.1.1	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	73
7.1.2	EVOLUÇÃO DA QUESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	77
7.1.3	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM FLORIANÓPOLIS	80
7.1.4	TURISMO, INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	82
7.1.4.1	Histórico da Interpretação do patrimônio cultural	83
7.1.4.2	Princípios básicos de Interpretação do patrimônio cultural	85
7.1.4.3	Meios e técnicas de Interpretação do patrimônio cultural	86
7.1.4.3.1	Interpretação ao vivo	86
7.1.4.3.2	Textos e Publicações	86
7.1.4.3.3	Placas, painéis e letreiros	87
7.1.4.3.4	Trilhas e Roteiros	88
7.1.4.3.5	Centros de Visitantes e de Informações Turísticas	89
7.2	CONCEITUAÇÃO SOBRE MUSEUS	90
7.3	LEGISLAÇÃO	92
7.3.1	LEGISLAÇÃO REFERENTE À SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO E BENS IMATERIAIS	92
7.3.2	O PLANEJAMENTO URBANO EM FLORIANÓPOLIS	96
7.3.3	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL	98

8 EXEMPLOS COMENTADOS **103**

8.1	MUSEU TEMÁTICO: MUSEU DA BALEAÇÃO NA ILHA DO PICO – AÇORES	104
8.1.1	INTRODUÇÃO: A BALEAÇÃO NOS AÇORES	104
8.1.2	O PROJETO DO MUSEU DOS BALEEIROS	107
8.2	CONSOLIDAÇÃO DE RUÍNAS: CASA DA TORRE GARCIA D’AVILA	112
8.3	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	120
8.3.1	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO AO AR LIVRE DO COSTÃO DO SANTINHO	121
8.3.2	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA DAS OFICINAS LÍTICAS DA PRAIA DOS INGLESES	125
9	<u>DEFINIÇÕES GERAIS: MUSEU TEMÁTICO E SINALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO</u>	131
9.1	MAPA DE PONTOS DE INTERESSE PARA SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	135
9.2	MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL	135
9.3	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO DA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL	137
9.4	ZONEAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	138
10	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	139
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	141

1 INTRODUÇÃO

A região da Armação do Pântano do Sul é um dos locais da Ilha de Santa Catarina onde houve uma ocupação remota, pré-histórica. Já a presença européia é datada do século XVIII, marcada especialmente pela introdução de uma indústria baleeira, cuja origem remonta aos acordos econômicos ibéricos do século anterior.



Figura 1 - Mapa de Localização da Armação do Pântano do Sul
Fonte: www.ipuf.gov.br

No ano de 1602, durante a “União Ibérica” (1580-1640), Felipe III, rei da Espanha e Portugal, concedeu aos seus súditos biscaínos, capitão Pedro de Urecha e Julião Miguel, o privilégio exclusivo da pesca das baleias em águas brasileiras por dez anos, com a obrigação de transportar ao Reino o azeite que sobrasse do colhido. Assim teve início a pesca da baleia no Sul do Brasil.

Em Santa Catarina, o primeiro núcleo baleeiro foi formado juntamente com a instalação do Governo da Capitania de Santa Catarina. No total foram instaladas oito armações no estado: A Armação de Nossa Senhora da Piedade, ou Armação “Grande”, instalada em 1746, no continente fronteiro à ponta norte da Ilha de Santa Catarina; a Armação de Santana da Lagoinha ou Armação do Pântano do Sul, em 1772; a Armação de São João Batista de Itapocoróia, em 1778; Armação de São Joaquim de Garopaba, em 1793; Armação de Imbituba, em 1796; Armação da Ilha da Graça ou Ilha da Paz, em 1807; Armação de Porto Belo em 1826 e Armação de Ganchos, em 1864 (ver figura 2).



Figura 2 - Armações do Litoral de Santa Catarina
Elaboração: Luana Periotto Costa

Na Ilha de Santa Catarina, a única armação baleeira foi instalada durante o período de exploração arrendado aos “Quintela”¹, na sua costa oriental e meridional, no ano de 1772, tendo Sant’Ana como padroeira. A exploração da pesca na “Armação de Sant’Ana” ou “Armação da Lagoinha” (hoje Armação do Pântano do Sul) durou até o ano de 1831, quando foi arrematada por particulares entrando em decadência.

Até a década de 1960, a Armação do Pântano do Sul foi apenas uma colônia de pescadores. A partir daí, com o incremento da indústria do turismo, a praia passou a receber turistas e surfistas atraídos por sua natureza exuberante, gerando o crescimento desordenado da localidade, e a destruição das estruturas e resquícios arqueológicos. Atualmente, os últimos resquícios da antiga estação baleeira dividem espaço com cadeiras e guarda-sóis, turistas e moradores, que não se dão conta de seu significado histórico e cultural, como espaços de sociabilidade, inseridos em uma paisagem. As Armações são caracterizadas, sobretudo pela organização na distribuição espacial das estruturas centenárias, a normatização das edificações e das técnicas construtivas, além da configuração geográfica característica.

Além das ruínas dos pilares, alicerces e paredes, que serão identificados neste trabalho, o núcleo baleeiro da Armação do Pântano do Sul ainda preserva as principais características de seu traçado urbano original e a capela de Sant’Ana, símbolo da intensa religiosidade que permeava o imaginário baleeiro, cuja construção está descaracterizada pelas inúmeras reformas sofridas ao longo dos anos. Apesar de não serem objetos desta pesquisa, seria importante um trabalho de revitalização da capela e seu entorno, a fim de garantir a visibilidade da espacialidade da antiga Armação. Ainda assim, ao valorizar os vestígios arqueológicos existentes no centro histórico desta localidade, estaremos favorecendo a recuperação dos antigos centros de interesse: a armação com suas estruturas remanescentes e o entorno da igreja centenária.

Esse trabalho visa através da análise bibliográfica, análise documental, levantamento fotográfico e de mapas, identificar, mapear e caracterizar os

¹ Período compreendido entre 1765-1801, no qual a exploração da baleia e sua industrialização foi concedida primeiramente a Inácio Pedro Quintela e Cia. (1765 a 1777), cuja empresa funcionava com a razão comercial de “Companhia de Pescas de Baleias das Costas do Brasil”; e logo após a Joaquim Pedro Quintela e Cia (1777 a 1801).

patrimônios culturais, naturais, arquitetônicos e arqueológicos da Armação do Pântano do Sul, a fim de servir de embasamento para propor em um próximo trabalho (TCC 2) medidas de preservação e valorização desse patrimônio, através dos projetos de um museu temático e de sinalização dos resquícios arquitetônicos, naturais e arqueológicos ainda existentes, estabelecendo assim uma comunicação com visitantes e moradores e auxiliando na interpretação destes símbolos, visando agregar valor ao produto turístico encorajando a conservação destes bens.

2 JUSTIFICATIVA

A Armação do Pântano do Sul foi um importante sítio de exploração do azeite de baleia no século XVIII. Com o fim da era de exploração das armações no Brasil Meridional, as estruturas necessárias para a caça do cetáceo foram abandonadas, destinadas a outros fins, ou demolidas. Atualmente restam poucos resquícios dessas edificações, alguns pilares, fundações e paredes dispersas na orla marítima e no meio urbano do balneário da Armação do Pântano do Sul, indicados no mapa de pontos de interesse para sinalização do patrimônio cultural, no final deste trabalho.



Figura 3 - Vista geral das ruínas da Armação baleeira nas areias da praia
Foto: Joel Pacheco (2004/1) Acervo: CEDAU

Além do interesse histórico, o sítio também foi catalogado pelo IPHAN, como de interesse arqueológico, por apresentar indícios de ocupações pré-históricas, cuja datação através de carbono quatorze revela idade de aproximadamente 2650 anos AP. A orla ainda apresenta indícios dessas ocupações, como oficinas líticas², lascadas e polidas, artefatos cerâmicos e petroglifos³, que são alvos constantes de depredações por parte de moradores e turistas, interessados em retirar lascas como *souvenirs* ou deixar suas marcas registradas sobre as inscrições milenares⁴.

As transformações decorrentes das atividades turísticas em Florianópolis têm ocasionado impactos negativos às comunidades locais, pescueiro-artesanais. Por se tratar de um espaço valorizado por sua beleza paisagística, os balneários da Ilha, entre eles a Armação do Pântano do Sul, têm se tornado produto de grande importância para a expansão do processo capitalista como mercadoria turística, atendendo às tendências do mercado, e não às necessidades sociais locais.

Por isso, é necessário estimular a exploração sustentada deste importante sítio histórico/arqueológico, através da educação patrimonial, informando e conscientizando os moradores, estabelecendo uma comunicação com os turistas, e controlando o crescimento segundo a capacidade do local, encorajando assim a preservação e a auto-sustentabilidade do seu patrimônio histórico e cultural.

Uma estratégia eficaz para promover a conscientização patrimonial e ambiental é a criação um museu temático, que funcionará também como um pequeno terminal turístico e cultural, auxiliando na interpretação, indicando trilhas e roteiros culturais, sendo um centro de orientação para a visita real ou virtual a outras instituições do gênero e estimulando o "whale watching", a observação de

² Segundo Comerlato (1992), "As populações pré-históricas, aproveitavam os afloramentos localizados perto da água, e esfregavam as pedras que desejavam polir, provocando a formação de amplas depressões circulares ou alongadas, denominadas pelos arqueólogos de oficinas líticas"

³ Inscrições rupestres feitas com ferramentas de pedra, representando, em sua maioria, motivos abstratos geométricos, representações zoomórficas e antropomórficas.

⁴ A fim de preservar o petroglifo encontrado na Armação do Pântano do Sul, o arqueólogo Padre João Alfredo Rohr, responsável pelo registro do sítio, o removeu para o Museu do Homem do Sambaqui, em Florianópolis.

baleias, como o que têm ocorrido no Museu da Baleação na Ilha do Pico, ou em seu correspondente recém instalado em Imbituba, Santa Catarina.

Segundo os dados do “International Fund for Animals Welfare”⁵, de 1994 a 1998 o número de observadores de baleias cresceu 13.6% ao ano e continuará a crescer a um ritmo acelerado nos próximos anos. Essa atividade pode ser praticada na região com grande facilidade e vem sendo estimulada pelo Projeto Baleia Franca, em parceria com autoridades e empresários do setor turístico. É importante salientar que a Armação do Pântano do Sul é a fronteira norte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA), criada por Decreto Federal em setembro de 2000 (figura 4) e que se destina a assegurar a adequada tranqüilidade para as baleias francas que fazem da costa centro-sul de Santa Catarina o seu berçário, harmonizando as atividades humanas com as necessidades de proteção ambiental. Apesar do balneário da Armação do Pântano do Sul estar fora dos limites da APA – Baleia Franca, recebe anualmente a visita destes cetáceos e de outros mamíferos marinhos.



Figura 4 - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
Fonte: www.baleiafranca.org.br

⁵ Fonte: site www.baleiafranca.org.br

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Adquirir e estruturar o embasamento teórico necessário à proposta de sinalização indicativa dos bens naturais, arquitetônicos, culturais e arqueológicos da Armação do Pântano do Sul e ao projeto arquitetônico de um Museu Temático, a serem desenvolvidos na disciplina de TCC2.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as definições de patrimônio e as políticas de preservação no Brasil e no Mundo.
- Contextualizar historicamente a pesca da baleia no Brasil e em Santa Catarina.
- Levantar a história do núcleo pesqueiro da Armação do Pântano do Sul.
- Levantar e identificar os bens naturais, arquitetônicos e arqueológicos da região.

- Elaborar um mapa indicativo com os pontos de interesse histórico-culturais.
- Pré-dimensionar as áreas necessárias para a elaboração do projeto de um museu temático.
- Avaliar os atuais pontos de interesse neste núcleo histórico e a criação de novas centralidades para a comunidade local.

4 METODOLOGIA

Por se tratar de Trabalho de Conclusão de Curso I, voltado à interpretação de um ambiente que guarda grande densidade histórica e notório valor paisagístico, na metodologia recorreremos a levantamentos de campo e bibliográficos que permitam estabelecer um quadro rico em elementos históricos, legais, conceituais e espaciais que norteiem a proposta anunciada nos objetivos do trabalho:

- Revisão teórica relativa a patrimônio, turismo e educação cultural:

Através da revisão teórica, buscaremos recuperar a evolução de conceitos, termos, técnicas e aspectos relativos a turismo, patrimônio, e educação cultural, necessários à estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

- Tratamento, análise e interpretação da documentação escrita, fontes cartográficas, iconográficas e documentais:

Através do Método Histórico, “que consiste em investigar fatos e acontecimentos ocorridos no passado para verificar possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea” Gil (1995, p. 95), investigaremos o contexto econômico, político e social em que se inseriam as armações no litoral catarinense.

Através da pesquisa documental realizada no Arquivo Público Estadual, na biblioteca do Arcebispado, na biblioteca da Unisul, na biblioteca da UFSC, na

biblioteca Pública Estadual, no acervo do CEDAU, no Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, no arquivo da Capela de Sant'Ana, na Casa da Memória da Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes, no arquivo do IPHAN, em acervos particulares, na Rede Mundial de Computadores (WEB), bem como na vasta literatura disponível sobre o tema da baleação, reuniremos informações sobre o processo de ocupação dos espaços nas armações, as relações humanas, os métodos construtivos, as ferramentas e técnicas de caça e a utilidade do azeite de baleia. Os dados obtidos serão analisados através do Método de Seleção, "que consiste no exame detalhado dos dados coletados, submetendo-os a uma averiguação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas ou incompletas, que possam prejudicar o resultados da pesquisa". Marconi (1986, p.72).

- Levantamento das estruturas remanescentes. Registro fotográfico das estruturas e da paisagem:

Através da análise da história oral, das visitas em campo, de entrevistas com arqueólogos, entrevistas com a comunidade da Armação do Pântano do Sul, do registro fotográfico do sítio e da paisagem, determinaremos com a maior clareza possível as estruturas remanescentes do período da pesca das baleias na Armação do Pântano do Sul.

- Levantamento da legislação referente ao uso e ocupação do solo da área em estudo:

Através da análise do Plano Diretor dos Balneários, e do Plano Diretor do Pântano do Sul, ainda em fase de desenvolvimento, realizada junto ao IPUF, conseguimos determinar os padrões de ocupação e uso do solo e a expansão turística do balneário, e as centralidades do núcleo urbano.

- Exemplos comentados de consolidações de ruínas em sítios histórico/arqueológicos, sinalizações interpretativas e projetos de museus temáticos:

Através da análise de exemplos significativos, pretendemos adquirir embasamento teórico e compreensão completa de todos os fatores necessários ao desenvolvimento do projeto de sinalização interpretativa das ruínas da armação baleeira e do projeto arquitetônico de um museu temático, a ser desenvolvido no TCC 2.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

5.1.1 A Ilha de Santa Catarina e a pesca da baleia

A história da Ilha de Santa Catarina remonta ao século XVI, quando escassamente povoada, servia como ponto de escala para os navegantes que se dirigiam ao Rio Grande de São Pedro e Colônia de Sacramento⁶. Apenas no século XVII a monarquia lusitana passa a mostrar interesse em estabelecer na Ilha a retaguarda das suas pretensões no Rio da Prata, com a fundação da Vila de Nossa Senhora do Desterro, pelo bandeirante Francisco Dias Velho.

⁶ Diversos navegadores aportaram na Ilha de Santa Catarina desde o descobrimento da América (1492) a fim de abastecerem seus barcos de água e víveres, demonstrando sua importância no processo de reconhecimento e ocupação do litoral sul: Alonso Ojeda (1499); Gaspar de Lemos da qual participa Américo Vespucci (1501); Binot Paulmier de Gonneville (1504); Don Nuno Manuel e Cristóvão Haro (1514); João Dias de Solis (1515); Cristóvão Jacques (1521); Garcia Jofre de Loyasa (1525); Sebastião Caboto (1526); Diogo Garcia Monguer (1526); Pedro Mendoza (1534); Gonzalo Mendoza com o objetivo de obter víveres para os fundadores de Buenos Aires que passavam fome (1534); Alonso Cabrera (1537); o espanhol Don Alvar Nunez Cabeza de Vaca, se auto-intitulando “Governador de Santa Catarina” (1541); Juan de Sanabria na qual esteve presente Hans Staden (1549); Don Pedro Ortiz de Zarate, última tentativa espanhola de estabelecer-se no litoral catarinense (1549); Fézier (1712); Shelvocke (1719); Anson (1740); Dom pernetty (1763); La Perouse (1785); Semple Lisle (1797); Krusenstern (1803); Mawe (1807); Golovnin (1808); Porter (1812); Kotzebue em cuja expedição estava os naturalistas Chamisso e Choris (1815); Duperrey (1822); Seidler (1825); Trachsler (1828), entre outros. PIAZZA (1983, p. 83).

Com a criação da sede da Capitania em 1738, iniciaram-se as obras das estruturas defensivas da Ilha, coordenadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes.

Entre 1738 e 1744 foram construídas as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonos e Nossa Senhora da Conceição. Concomitantemente à construção das fortalezas estabelecia-se até o ano de 1746, na costa catarinense, o primeiro núcleo baleeiro, numa enseada à entrada da baía, ao norte da Ilha de Santa Catarina, no distrito de São Miguel.

Tomé Gomes Moreira, comerciante estabelecido no Rio de Janeiro, conseguiu a concessão para exploração da indústria baleeira no litoral de Santa Catarina. Instalando a armação a suas custas, o empreendedor se comprometia a expedir para as Ilhas dos Açores ou Lisboa o excesso de produção do óleo não consumido em Santa Catarina, e entregar novamente à Fazenda Real o estabelecimento com toda a fábrica, ao fim de um prazo de oito anos de exploração. Erigida em 1745, a capela da “Armação Grande” teve Nossa Senhora da Piedade como padroeira. “Foi a primeira e mais importante armação do litoral catarinense e núcleo de uma freguesia que posteriormente – em meados do século XIX – se formou nesse local com o nome de Armação⁷ da Piedade” Ellis (1969, p.57).

Entre 1748 e 1756 chegam à Ilha de Santa Catarina os imigrantes açorianos, consolidando, enfim, o processo de colonização. Juntamente com os escravos negros e os trabalhadores assalariados, os açorianos passam a integrar o contingente humano presente nas armações baleeiras.

Os negros trazidos da África eram responsáveis pelo espaço de subsistência da armação durante todo o ano, exercendo o serviço braçal nas construções, na manutenção das instalações e lavouras, nos remos das baleeiras, além do trabalho de limpeza e conservação da baleia quando capturada.

Os trabalhadores assalariados, portugueses ou descendentes, eram os responsáveis pela administração da armação, comerciantes ou mestres.

Os baleeiros, imigrantes madeirenses e açorianos, eram contratados apenas durante o período de pesca, isto é, três a quatro meses no inverno. Pelo

⁷ Segundo Mirian Ellis (1969, p.59), a expressão “Armação das baleias”, ou simplesmente “Armação” decorre de “armar pesca”, “armar às baleias”, ou seja, equipar-se para a pesca das baleias. Com o tempo, o termo designativo do aparelhamento permanente em locais apropriados para a pesca litorânea, passou a definir, no Brasil-Colônia, a feitoria baleeira que promovia a captura dos cetáceos, e o beneficiamento do óleo de baleia.

carácter sazonal da pesca, definida pela migração das baleias ao litoral, esses homens praticavam também as atividades da agricultura para a subsistência.

A principal produção, pela ordem, era, sem contar o óleo de baleia, a farinha, seguida de longe pelo arroz, aguardente, mais longinquamente pelo café, cebola, alho, peixe. É o que se infere de um mapa de 1810, do Governo, e divulgado também por Paulo José Miguel de Brito...PAULI (1997).

Segundo Comerlato (1998), esse carácter classifica as armações como comunidades litorâneas, e não comunidades marítimas.

“A Armação de Nossa Senhora da Piedade inaugurou a indústria baleeira no litoral catarinense e foi ponto de partida de novas feitorias posteriormente estabelecidas naquela região[...]”.ELLIS (1969, p. 80). A expansão dos núcleos baleeiros em Santa Catarina aconteceu durante o período de exploração concedido aos Quintela. O período dos Quintela pode ser subdividido em dois contratos de concessão, de 1765 a 1777, tendo Inácio Pedro Quitela & Cia como titular; e o período de 1777 a 1801, tendo como titular Joaquim Pedro Quintela & Cia. “O período dos Quintela, de um lado, corresponde ao apogeu do contrato de pesca da baleia em Santa Catarina, e de outro, marca também, o início da sua decadência.”PIAZZA (1983, p. 198)

Em 1772 foi fundada na costa oriental da Ilha de Santa Catarina, ao sul da ilha do Campeche e próxima à lagoa de mesmo nome a “Armação da Lagoinha” (atual Armação do Pântano do Sul), tendo Sant`Ana como padroeira. Na enseada de Itapocoróia, ao norte do rio Itajaí e a quatorze léguas da Ilha de Santa Catarina foi fundada a Armação de Itapocoróia, em 1778, tendo como padroeiro São João Batista. Ao pé do morro de Garopaba, ao sul do rio Embaú e da Enseada do Brito foi erigida entre os anos de 1793 e 1795 a Armação de Garopaba, tendo São Joaquim como titular da sua capela. Mais ao sul, como complemento da Armação de Garopaba, e a última da costa brasileira, se estabeleceu em 1796 a Armação de Imbituba no termo da Vila de Laguna.

O viajante La Pérouse, que no ano de 1778 aportou em Santa Catarina a fim de reabastecer seu barco com água e víveres para sua expedição rumo ao pacífico anotou:

A pesca da baleia é muito abundante: mas é uma propriedade da coroa, arrendada a uma companhia de Lisboa. Esta companhia tem nesta costa três grandes estabelecimentos nos quais se pescam 400 baleias, cujo produto, tanto em baleia como em “spema-ceti” (sic) é enviado para Lisboa pelo Rio de Janeiro”.BERGER, (1984, p. 113)

No início do século XIX, a pesca costeira praticada em Santa Catarina passa a escassear⁸ devido ao aumento da pesca em alto mar, particularmente nas Ilhas Falklands, pelos grandes barcos-fábrica ingleses e americanos⁹. Nos primeiros anos da sua instalação a Armação Grande capturava uma média de quinhentas baleias a cada ano. Meio século depois, todas as armações da Santa Catarina reunidas não contabilizavam mais de 60 exemplares anuais. A pesca da baleia decaía, a ponto de não haver mais interesse dos arrematantes do contrato em prorrogá-lo. Coube então à Coroa Portuguesa tomar posse das armações e de seu patrimônio, entre os anos de 1801 a 1816.

Em junho de 1816, as armações catarinenses foram novamente arrematadas por particulares: Joaquim José de Siqueira, Fernando Carneiro Leão, Manuel de Lima e Joaquim Antônio Alves. Nesse período tem-se por administrador da Armação do Pântano do Sul Antônio L. Pereira, substituído logo após por Estevão de Mattos. Um desacordo entre os sócios levou à rescisão do contrato de concessão em 1825.

As armações são então incorporadas à Fazenda Nacional, pelo Decreto Imperial de 13 de novembro de 1827, e passando a servir ao governo sob a administração da Intendência da Marinha de Santa Catarina. A Armação da Piedade foi utilizada como local de alojamento de tropas do exército que se dirigia ao sul, durante a Campanha da Cisplatina, e a Armação do Pântano do Sul como local de aportamento dos colonos alemães vindos à Santa Catarina. A partir de 1829 a Intendência através de José Maria Pinto iniciou uma tentativa para reerguer as armações. A pouca afluência das baleias nas costas catarinenses, e o estado de abandono em que as armações se encontravam, fizeram com que a Intendência pudesse efetuar poucas pescarias, sendo que a última aconteceu em 1830. As armações foram arrematadas por particulares com os edifícios

⁸ É importante ressaltar o caráter não ecológico da pesca praticada nas águas catarinenses. Como as baleias vinham para essas enseadas para dar a luz e amamentar seus filhotes, só retornando para alto mar quando esses estão aptos a seguir viagem, os pescadores costumavam arpoar (e matar) primeiro o “baleote”, utilizando-o de isca para a mãe, sendo normalmente descartado depois, por possuir pouco óleo. Isto afetou grandemente a viabilidade populacional nessas áreas.

⁹ Segundo dados disponíveis no site do Projeto Baleia Franca, (<http://www.baleiafranca.org.br>) acessado em 17 de agosto de 2004, esses navios matavam, ao longo de um mesmo ano, as baleias francas nos bancos do Brasil e na costa sul-africana, tendo portanto um sério impacto na população desta espécie no contexto do Atlântico Sul. Em 1790 apenas, baleeiros americanos mataram 400 baleias francas em St. Helena Bay, e entre 1791 e 1792 a captura chegou a aproximadamente 1200 baleias.

arruinados e seu patrimônio diminuído, entrando em decadência. “E, assim melancolicamente, encerra-se o período das ‘ armações’ de baleias do litoral catarinense”.PIAZZA (1983, p.201)

5.1.2 Processo e produtos oriundos da pesca da baleia

Ao analisar o processo de ocupação espacial de um núcleo baleeiro, é necessário percebê-lo, não apenas como espaços construídos para o beneficiamento do óleo de baleia, mas também como resultado de experiências e práticas sociais, ocorridas em um tempo e espaço definidos e inseridas na paisagem. As baleias também ultrapassam a concepção de simples recurso, passando a ser um elemento partícipe do cotidiano, da paisagem e do imaginário destas comunidades.



Figura 5 - Iluminação de azeite de peixe¹⁰
Reprodução Fotográfica: Fabiana Comerlato

O óleo de baleia era destinado à iluminação pública e particular. O espermacete, matéria branca, cristalina e oleosa retirada do cérebro do cachalote era utilizada no fabrico de velas. As borras e os resíduos dos azeites velhos eram adicionados como aglutinante nas argamassas¹¹, misturados com cal, “compondo um tipo de betume impermeável, compacto e de incomum durabilidade[...]” ELLIS (1969, p.73).

O barro empregado para unir tijolos de muros, pilares e frontais das oficinas e das moradias do pessoal da armação não se teria isentado de tal ingrediente que de maneira mais eficaz substituía o esterco de boi ou de cavalo comumente empregado na época, também como aglutinante” (ELLIS, 1969, p. 78).

¹⁰ Ilustração de José Reis Carvalho feita em 1851 retratando a iluminação da cidade de Rio de Janeiro. Enciclopédia Ilustrada do Brasil. Rio de Janeiro: Bloch, 1982. vol.9 – p.2585. Reprodução fotográfica.

¹¹ A argamassa feita com a mistura dos resíduos do azeite de baleia, conhecida como “gala-gala”.

A configuração geográfica era um dos aspectos determinantes da escolha da fixação da armação em uma região. Nos sítios escolhidos para o estabelecimento da armação evitavam-se as regiões de mar bravio e penhascosas ou praias excessivamente baixas. Eram necessários pelo menos dezoito palmos de água sobre a areia para as manobras de puxar, virar e içar fora da água as baleias capturadas. Água potável e madeira para a construção de barcos e lenha para as fornalhas eram indispensáveis. Preferencialmente as armações se localizavam nas proximidades de um núcleo litorâneo, vila ou cidade, junto a um ancoradouro e não longe de uma fortaleza, fortim ou bateria.¹²

Segundo Comerlato (1992), a paisagem que compõe a armação é composta pelos espaços marítimo, produtivo mercantil e de subsistência. Cada espaço é composto por estruturas e artefatos modificados social, cultural e ideologicamente e por elementos naturais (transformados ou não pela ação humana).



Figura 6 - Armação de São Domingos e o Forte de Gragotá.
Essa tela retrata todas as fases da pesca (perseguição, arpoamento, rebocamento) na baía da Guanabara
Pintura (óleo s/ tela) do pintor Leandro Joaquim
Acervo: Museu Histórico Nacional
Reprodução fotográfica: Fabiana Comerlato

¹² A escarpa da Serra do Mar nas costas catarinenses, penetrando no oceano, forma baías e enseadas excelentes para o estabelecimento dos núcleos de pesca de cetáceos.

O espaço do mar era o espaço do trabalho, o espaço da sobrevivência. Mas também era espaço de relações entre homens, e dos homens com os animais. Era principalmente o espaço do imaginário. O trabalho no espaço marítimo não tinha remuneração fixa, era calculado através da produtividade e do posto ocupado pelo baleeiro no barco¹³. Nem sempre esse sistema de pagamento era harmônico, existem relatos de greves e paralisações¹⁴.

Devido a sazonalidade da pesca da baleia, que vinha para essas águas apenas nos meses de inverno, a relação do baleeiro com a pesca nunca foi constante. O fato do sucesso da pesca depender sempre de uma série de condicionantes, acaba por resultar em um número de práticas sociais e religiosas com o fim de assegurar o conforto espiritual do baleeiro e da comunidade. O início da safra baleeira era marcado sempre por uma festividade religiosa. Preferencialmente esta festa acontecia nos dias dos santos, 13 de julho (Santo Antônio) ou 24 de julho (São João), quando pároco abençoava os fiéis e os barcos. A proteção religiosa era fundamental para o baleeiro sentir-se em segurança frente ao gigantesco mamífero.

¹³ Normalmente a baleeira era tripulada por seis remadores, um timoneiro e um arpoador. Suas dimensões variavam entre 10 a 12 m de comprimento e aproximadamente 2,20 m de boca. Possuía mastro, verga, velas quadrangulares ou redondas, feitas normalmente de brim ou algodão, leme, seis bancos e sete remos (um reserva).

¹⁴ Segundo Comerlato, (1992), em 30/07/1784 houve uma paralisação liderada pelo arpoador José Pereira Ruivo, onde os baleeiros se negavam a ir ao mar.

5.1.3 Ocupação espacial

O espaço da produção mercantil era composto por todas as formas espaciais (naturais ou modificadas pelo homem) destinadas à produção, beneficiamento e comercialização dos derivados da baleia, ou seja, o óleo, as barbatanas e o espermacete. Esse espaço, situado e voltado para o mar, era composto pelas seguintes estruturas:

Paredão: O paredão era uma muralha de pedra, construída em planos mais elevados, beirando o mar ou acompanhando o relevo do terreno. Funcionava como arrimo das dependências do posto baleeiro. Na armação do Pântano do sul servia de abrigo ao porto e à casa do engenho, formando o cais onde atracavam as baleeiras.

Rampa: Destinada a carreira e embarque das lanchas da pesca, podendo adentrar no mar.

Trapiche: Plataformas de pedra seca em terra firme, à beira d'água, que serviam de base às peças destinadas a içar as baleias capturadas. Suas dimensões podiam variar entre 5,50 m e 160 m de comprimento, por 2,50 a 8 m de largura.

Engenho de Azeite: Também chamado de engenho de frigar, ou simplesmente fábrica, era o principal setor da armação. “A própria razão da existência da feitoria baleeira”. ELLIS (1969, p. 63).

O engenho era uma construção de pedra e cal, coberto de telhas, erguida sobre pilares frontais de tijolo e esteios de pau, com paredes internas de pau-a-pique ou pedra e barro. Um engenho de azeite constava em geral de duas oficinas: a do açougue e a das fornalhas.

A oficina do açougue, normalmente revestida de ladrilhos, era o compartimento onde se retalhava, cortava e picava o tocinho das baleias, cujos restos eram canalizados para o mar.

A oficina das fornalhas alojava mais ou menos doze fornalhas¹⁵ de pedra e barro, onde se assentavam as caldeiras para fundir a gordura dos cetáceos, ao calor da lenha acumulada durante todo o ano para a época da pesca. Atrás das fornalhas ficava o “tendal”, com muros de pedra e barro, revestidos de ladrilhos, por onde se escoava o óleo, que através de canos de barro era dirigido para os reservatórios situados na casa dos tanques.



Figura 7 - Detalhe da gravura de Debret, da Armação de Garopaba, com o Engenho de azeite, a casa de Tanques e o trapiche em primeiro plano
Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho

Casa dos Tanques: Retangular, com pilares e paredes de tijolo e pé direito de 3 m de altura, continha internamente, escavados no solo e revestidos de pedra e cal ou ladrilhados, os reservatórios com capacidade para até 647 m³, destinados ao azeite que permanecia decantando até o embarrilamento e expedição para o consumo. Tanques de madeira também são relatados. Algumas armações possuíam duas a três casas de tanques, cada qual com vários reservatórios. Era comum também a armação possuir depósitos em lugares próximos para o acúmulo do excedente ou para o abastecimento mais eficiente das populações. A Armação do Pântano do Sul dispunha de uma casa de tanques na Ilha do Campeche, com tanques de 3,5 m de profundidade cada um.

Algumas Armações possuíam outros tanques anexos ao engenho de azeite: o da salga e o de lavar barbatanas. O tanque de lavar barbatanas tinha

¹⁵ Segundo ELLIS, (1969, p. 65) as maiores Armações chegavam a dispor de três dezenas de fornalhas.

forma circular, feito de pedra e cal, tendo em média 108 m³ de volume. Após serem limpas, as barbatanas eram removidas para um depósito apropriado. O tanque de salga era destinado à conservação do toicinho e da carne de baleia, que por não possuir um gosto agradável, era destinada principalmente aos escravos.

Armazém, depósito, telheiro, sótão e *dittas*¹⁶: Estas edificações, voltadas para o mar, aglomeravam-se em torno do engenho de azeite e da casa de tanques. Eram fundamentais para o acondicionamento dos gêneros e produtos destinados ao comércio (óleo, borra e barbatanas). Existiram armazéns de barbatanas, armazéns da tanoaria (cascos), depósitos de pipas e barris, depósitos das *dittas* dos cabos, armazém do paiol, armazém de guardar o trem, entre outros.

O armazém das lanchas, construído sobre pilares, era fechado lateralmente com paredes de tijolo. Localizava-se próximo ao cais, às rampas e ao trapiche, e sempre próximo ao local onde se conservava a aparelhagem destinada ao içamento das baleias para terra, guindastes e cabrestantes.

O armazém de guardar o trem era uma dependência anexa ao armazém das lanchas, e servia como depósito para âncoras, cabos, amarras, cordas, velas, remos e outros apetrechos do mar.

Os armazéns de gêneros e paióis situavam-se normalmente no primeiro pavimento das casas de sobrado ou junto às oficinas, senzalas ou casa dos feitores. Eram ali depositados os gêneros e provisões para o abastecimento da armação, como a farinha de mandioca, o café e a carne.

Tanoaria: A tanoaria era a oficina que fabricava pipas, barris, selhas, funis de pau, tinhas e outros vasilhames. Ocupava casa e armazém. As pipas e os barris acondicionavam o azeite de baleia, borras, espermacete para exportação, e água para abastecer as baleeiras. As tinhas e os demais apetrechos eram utilizados no dia-a-dia da armação.

¹⁶ Cordame utilizado nas amarras dos cabos.

Carpintaria: Ocupava uma construção de pau-a-pique, coberta de palha, geralmente contígua ao depósito de madeiras. A carpintaria era responsável pelo esqueleto do madeiramento das construções, pela confecção das rodas de ralar mandioca nos engenhos, das prensas, cochos, além de toda a marcenaria náutica ou “da ribeira”.

Casa Grande: Também denominada Casa de Vivenda, era a residência do administrador da armação, sua família e os funcionários do Real Contrato da pesca da baleia. Ampla, cercada de muros de pedra e portão, construída sobre pilares ou em plano elevado, possuía normalmente duas frentes, uma das quais voltadas para o mar. Internamente dispunha de várias dependências.

A Casa Grande da Armação do Pântano do Sul possuía 37,40 m de frente, 7 m de fundos, com outra frente para o mar de 21,78 m e 5,28 m de fundo. Dispunha de três salas, quatorze quartos, três corredores, varanda e cozinha.



Figura 8 - Casa Grande da Armação de Garopaba (1998)
Ultimo representante da arquitetura civil das armações catarinenses
Foto: Fabiana Comerlato

Casa dos Feitores: Mais rústicas e modestas que a Casa Grande, as moradias dos feitores constavam de grupos de casas que chegavam a ocupar áreas superiores a duzentos metros quadrados. Construídas sobre pilares de tijolos e esteios de madeira, com paredes externas de tijolo ou adobe e internas de pau-a-pique. Anexavam-se a elas, normalmente, a casa do Capelão, os engenhos de farinha e aguardente, ou a casa do hospital.

Companha dos Baleeiros: A *Companha* ou *Campanha* eram as habitações provisórias dos baleeiros. Erguidas sobre esteios apoiados em pilares de tijolos, com paredes de pau-a-pique, tijolos ou adobe e cobertas de palha, situavam-se sempre na extremidade da armação, o mais perto possível do mar. Na Armação do Pântano do Sul a Campanha foi construída numa ilhota hoje ligada à praia por um molhe, e ocupava uma área de aproximadamente 300 m².

Senzalas: As senzalas eram construções dispostas em quadra ou formando um alinhamento, sobre pilares e esteios. Possuía paredes laterais de pedra e cal, tijolo ou adobe, e divisões internas de pau-a-pique. Localizavam-se próximas às mordias dos feitores e dos baleeiros.

Casa de Hospital e Botica: Próximas às habitações, reuniam em uma única edificação enfermaria e a farmácia, e freqüentemente anexavam as moradias do capelão e do cirurgião. No entanto poucas armações possuíam uma casa destinada exclusivamente para servir de hospital e botica, podiam servir de hospital as casas dos feitores ou os engenhos de farinha.

Capela: Construída de pedra e cal, com frontais de tijolos, possuía em média, 8 m de frente, 20 m a 25 m de fundo e pé direito de 7 m a 8 m. Interiormente dispunha de altar ou capela-mor, sacristia, coro, púlpito e pia. Externamente possuía frontispício formado de frontão reto interrompido na base, óculo, pesada porta central com verga reta, e um ou mais emblemas de massa na parede frontal. Anexos a ela eram edificados o cruzeiro e cemitério fechado com muros de pedra e cal. Sobre o altar de frontais de madeira pintada ou adamascada, ficava o santo padroeiro da comunidade, além de outras imagens em gesso e madeira.



Figura 9 - Capela de Nossa Senhora da Piedade
Fonte: Armações - CD Fortalezas Multimídia

O espaço de subsistência da armação era denominado “Citio da Fazenda”. Além do pequeno núcleo agrícola, as armações contavam também com terras para possíveis expansões das construções, fábricas e lavouras, e para a obtenção da lenha necessária ao abastecimento das fornalhas dos engenhos de azeite¹⁷.

“O espaço de subsistência pode ser observado dentro de uma paisagem com elevações ricas em espécimes vegetais, áreas de pasto, engenhos e roças”.(COMERLATO, 1998)



Figura 10 - *Vue dans l'interieur de l'Isle de Ste. Catherine*. Louis Choris (1821)
Fonte: BERGER (1984, p.235)

¹⁷ A mata atlântica em torno das armações foi sucessivamente explorada, em busca da lenha para as fornalhas ou para construção de embarcações, das casas e para consumo doméstico.

Cítio da Fazenda: Construída de pedra e cal e tijolo, erguia-se em local afastado da armação, cercada de mandiocas e hortas, além de outras plantações como arroz, milho, café, árvores frutíferas entre outras. Em estabelecimento contíguo a casa do sítio alojava-se a aparelhagem do engenho de farinha, produto que, aliado ao peixe ou carne seca, constituía o principal alimento das populações litorâneas. Além do engenho de farinha, existiam engenhos de cana e açúcar. O trabalho neste espaço era normalmente executado pelos escravos. O transporte dos gêneros necessários à alimentação até as armações era feito com carros de boi.



Figura 11 - Detalhe da gravura de Debret da Armação de Itapocorói, com as baleeiras.
Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho

6 A ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL

6.1 HISTÓRICO DA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL



Figura 12 - Vista geral do balneário da Armação do Pântano do Sul, A partir da Ponta das Campanhas, tendo à direita a Praia da Armação e à esquerda a Praia do Matadeiro.

Foto montagem: Luana Periotto Costa (23 de set de 2004)

A pesca da baleia foi a principal atividade econômica da região sul da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. A Armação do Pântano do Sul foi a segunda armação baleeira instalada na província, fundada no período de monopólio concedido a Inácio Pedro Quintela, no ano de 1772, tendo Sant'Ana como padroeira, e ficou conhecida como Armação da Lagoinha, devido a proximidade com a Lagoa do Perí.

A pesca acontecia principalmente entre os meses de junho e agosto. Baleias de grande porte, normalmente da espécie *Euabalaena Austyralis*¹⁸, eram arpoadas semanalmente e o seu óleo usado para iluminação pública das cidades brasileiras, principalmente Desterro, Rio de Janeiro e São Paulo, e o excedente, enviado à Europa. No litoral catarinense a pesca da baleia possuía caráter essencialmente costeiro, devido principalmente aos fortes ventos comuns nesta época do ano, tornando o mar bastante agitado. Os baleeiros partiam em pequenos barcos a remo assim que o esguicho em forma de V, característico da baleia Franca, era avistado por vigias instalados nos locais mais altos da Armação. A distância percorrida pelos barcos na costa normalmente era pequena.

O pesquisador Franklin Cascaes, em entrevista concedida a Caruso (1997, p.27) fala sobre a caça: “Quando eles avistavam uma baleia eles iam arpoá-la. E ela saía mar afora rebocando a lancha. Às vezes, nem sempre eles conseguiam domar a baleia [...]”.

O óleo da baleia era usado na iluminação pública e o refugo, na argamassa utilizada na construção de fortalezas e edifícios. Uma mistura de óleo com areia e conchas moídas servia como "cimento" para as edificações da época e era conhecida como *gala-gala*. A capela de Sant’Ana, e as demais edificações da armação baleeira foram construídas com esse material.



Figura 13 - Detalhe da argamassa de gala-gala, em base de pilar da Armação
Foto: Joel Pacheco (2004/1). Acervo: CEDAU

¹⁸ Conhecida popularmente como Baleia Franca, ou Baleia Certa.

Além do óleo, era comum o aproveitamento das barbatanas, que tinham grande valor comercial. Exportadas para Portugal e para a França, eram transformadas em adornos, pentes e espartilhos.

Durante os meses de pesca, os baleeiros contratados, imigrantes madeirenses ou açorianos, ficavam alojados o mais próximo possível do mar, na “Companha” ou “Campanha dos Baleeiros”. Na Armação do Pântano do Sul, a “Companha” foi construída em uma ilhota, de onde partiam as baleeiras assim que vigias localizados no ponto mais alto da Campanha avistavam o esguicho do cetáceo. Formavam um conjunto de dez casas com um armazém para lanchas, erguidas sobre fundações de pedra, ocupando uma área de trezentos e dezessete metros quadrados. Essa ilhota atualmente é conhecida como “Ponta das Campanhas” e ainda hoje abriga o trapiche de onde partem os barcos de pesca ou de passeios turísticos para a Ilha do Campeche, além de servir como ponto de apoio para a pesca artesanal praticada pela comunidade da Armação.



Figura 14 - Ponta das Campanhas com as redes de pesca secando ao sol
Foto: Luana Periotto Costa, 23 de set de 2004

As embarcações utilizadas para a caça eram as baleeiras, ou lanchas de arpoar. Esse barco possuía técnica construtiva bastante apurada, devido a necessidade de estabilidade lateral.

Suas dimensões pouco variavam. Normalmente tinham entre dez e doze metros de comprimento e dois metros e vinte centímetros de boca. Possuíam mastro, verga, vela quadrangular ou redonda (feita normalmente de brim, aniagem ou algodão), leme, seis bancos e sete remos. Outros tipos de

embarcações faziam parte do cotidiano das armações, como as canoas, utilizadas sobretudo nas operações de retalhamento das baleias, e os saveiros, destinados ao transporte de cargas, passageiros e de cabrestantes para o reboque das baleias apresadas.

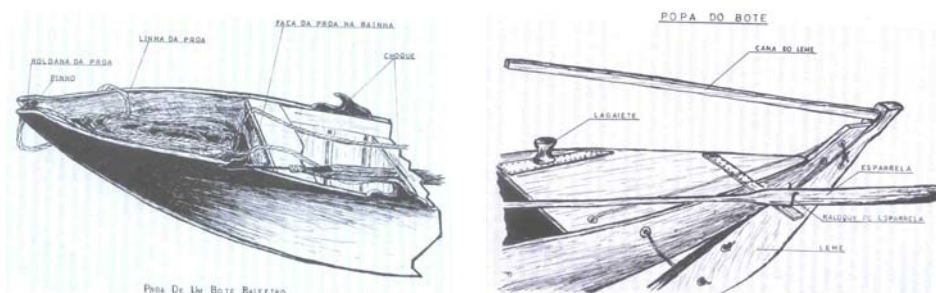


Figura 15 - Detalhe da Proa e Popa do Bote baleeiro
Fonte: MENDONÇA (1993, p. 127)



Figura 16 - Baleeira na Praia da Armação do Pântano do Sul
Fonte: CD-ROM Fortalezas Multimídia

Durante a caça ao cetáceo, os baleeiros costumavam terminar a matança nas enseadas próximas à armação. Sugere isso o nome da enseada contígua à Ponta das Campanhas, Praia do Matadeiro ou Matadouro (vernáculo mais antigo). Ali os escravos iniciavam o desmancho da baleia dentro d'água, quando impossível removê-la à Armação. “À borda do mar assentavam cabestrantes e guindastes em que forcejavam os negros, durante toda a estação da pesca, a retesar os cabos amarrados às baleias e a puxá-las para a terra [...]” ELLIS (1969, p. 61).

Uma descrição detalhada deste complexo industrial pode ser apresentada aqui a partir das investigações de Ellis, Comerlato, Caruso, Piazza e outros.

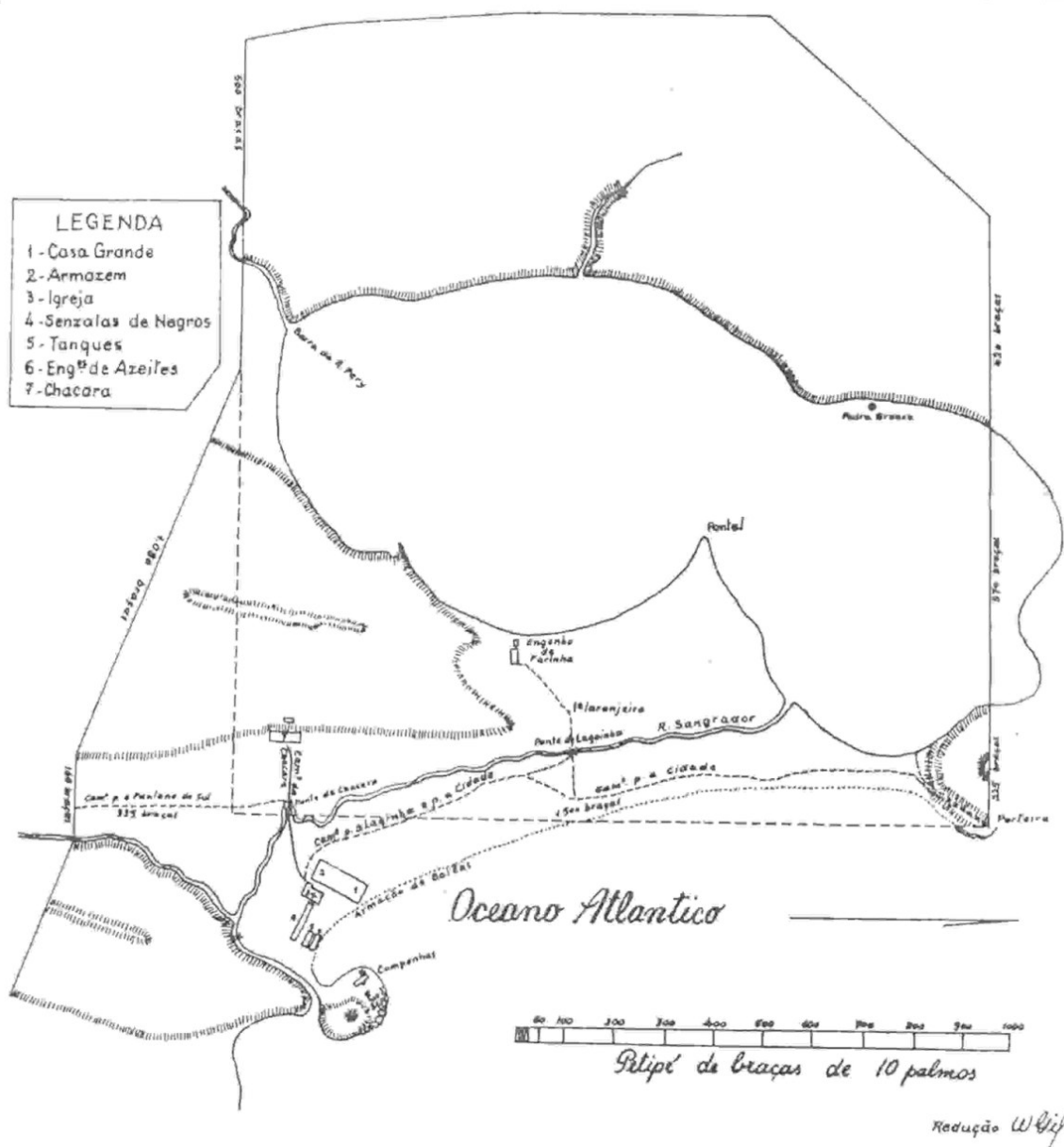


Figura 17 - Mapa da “Armação da Lagoinha” com a localização das estruturas
Fonte: PIAZZA (1983, p. 200)

O paredão de pedra seca na Armação do Pântano do Sul servia também de abrigo ao porto e à casa do engenho, formando o cais em que atracavam as lanchas baleeiras.

A Casa do Engenho de azeite localizava-se próximo à praia. Faziam parte dos bens do engenho: as facas de cortar baleia, as facas flamengas, as

facas de cima e de baixo da baleia, as xacotas para o corte em postas, os ganchos, as fateixas para o corte dos rabos (estas alcançavam o peso de até cinqüenta arrobas), os gatos de virar baleias, as foices, as raspadeiras, além de inúmeros utensílios utilizados no transporte dos nacos de baleia, óleo e barbatanas. “A presença de candeias de latão, cobre ou ferro nos engenhos de azeite denunciam o prolongamento da faina diária noite adentro ou a iniciar-se pela madrugada, antes de raiar o dia.” ELLIS (1969, p.64)

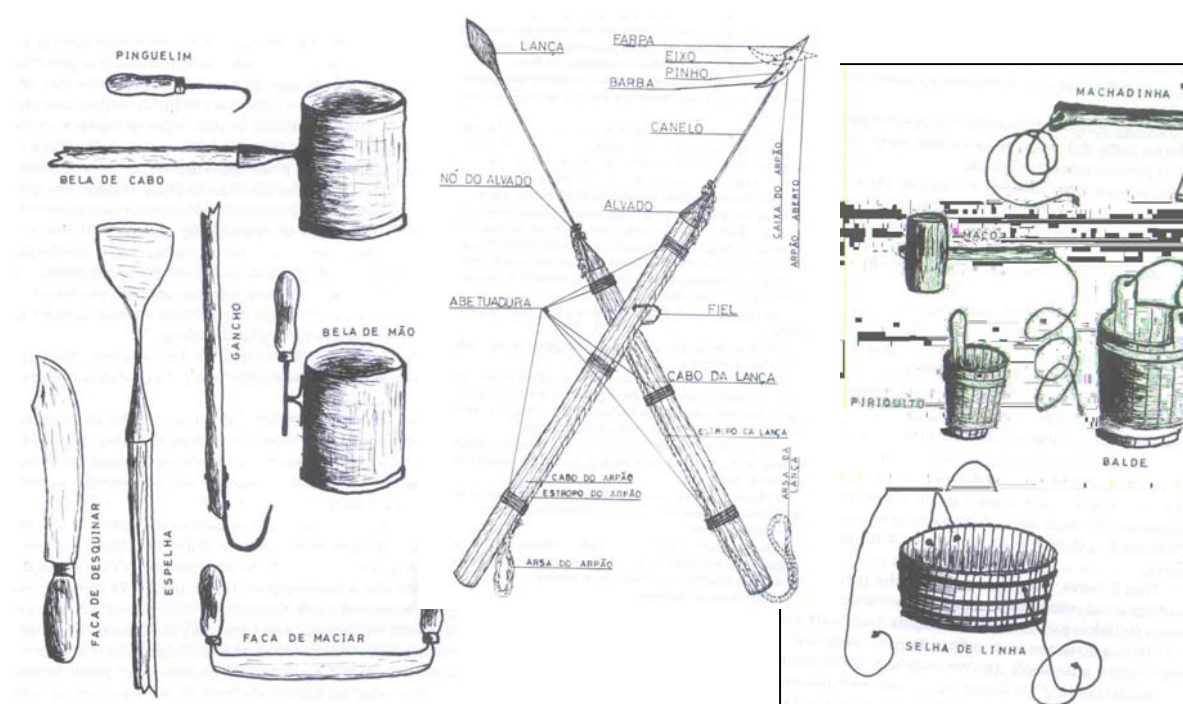


Figura 18 - Ferramentas utilizadas para o abate e desmancho da baleia

Fonte: MENDONÇA (1997, p. 152)

Contígua à Casa do Engenho ficava a Casa dos Tanques. Na Armação do Pântano do Sul a Casa dos Tanques possuía cinco tanques de noventa e sete metros quadrados cada um, com aproximadamente três metros e cinqüenta centímetros de profundidade, e capacidade para armazenar trezentos e trinta e nove metros cúbicos de azeite de baleia cada um.

Como de praxe, na época, as armações possuíam depósitos de óleo em localidades próximas para acúmulo do excedente não comportado pelos tanques, papel este que competia à ilha do Campeche. Evidências dos

tanques de três metros e cinqüenta centímetros de profundidade citados em bibliografia podem ser vistos na praia. IPHAN (1998, p. 23)

O administrador da Armação do Pântano do Sul, seus familiares e demais funcionários do Real Contrato de Pesca da baleia residiam na Casa Grande ou Casa de Vivenda. Localizada ao lado da Capela de Sant'Ana dispunha de três salas, quatorze quartos, três corredores, varanda e cozinha. A Casa Grande possuía duas frentes, uma voltada para o mar, com vinte e um metros e setenta e oito centímetros de fachada com cinco metros e vinte e oito centímetros de fundos, e outra voltada para a Armação, com trinta e sete metros e quarenta centímetros de frente e sete metros de fundo. O acesso ao interior da vivenda dava-se através de portal e soleira de pedra de cantaria. À noite os aposentos eram iluminados através de bugias de latão das lanternas de folha, candeeiros e candelas com pavios de algodão torcido mergulhados em azeite de baleia.

Nas proximidades da Casa Grande normalmente erguiam-se outras residências, térreas ou assobradadas, que serviam de moradia ao capelão, aos feitores, aos baleeiros de maior prestígio e aos demais funcionários da Armação.

As senzalas da Armação do Pântano do Sul, uma das maiores da capitania, dispunha de treze casas, com pé direito de aproximadamente três metros, eram dispostas em quadras próximas à capela de Santana e ao Engenho de Azeite.

O Sítio da Fazenda ocupava toda a Lagoa do Peri, incluindo os morros Cachoeira Grande, do Saquinho e do Peri de Cima. Esta área possuía água potável, e uma grande cobertura vegetal potencialmente utilizável para a produção da lenha consumida pelo Engenho de Azeite. Existiam grandes áreas de plantações de mandioca, café¹⁹ e árvores frutíferas, além de engenhos de farinha, açúcar mascavo e aguardente, que trabalhavam ao longo das noites iluminados pelo azeite de baleia, a fim de produzir os bens necessários ao consumo da Armação, e das freguesias do Pântano do Sul e entorno. Até hoje a atividade nos engenhos é freqüente na região.

No início do século XIX a pesca da baleia em Santa Catarina decaía muito em relação ao desenvolvimento alcançado no século anterior, devido principalmente à ação dos baleeiros norte-americanos e ingleses que

¹⁹ O Sítio da Armação do Pântano do Sul chegou a possuir mais de sete mil pés de café.

freqüentavam o Atlântico-Sul à caça da baleia. No ano de 1801 foram extintos os contratos existentes com particulares, passando à Provedoria da Fazenda de Santa Catarina a responsabilidade pela administração das armações e seus pertences. Neste período, auge da Campanha da Cisplatina, a Armação da Piedade foi utilizada com alojamento de tropas do exército que se dirigiam para o sul, e a Armação do Pântano do Sul com local de estacionamento dos colonos alemães vindos à Santa Catarina.

No ano de 1826, coube à Intendência da Marinha, como função extra-regulamentar às suas atribuições, a tentativa de reerguer e reorganizar esta atividade da pesca da baleia em águas catarinenses.

O Intendente Mello e Alvim tratou da reorganização da pesca e procurou outras propostas de iniciativa particular para uso das armações, como também de pesca volante, em alto-mar e que raramente apareceram durante os anos seguintes. Em 1827 pelo Decreto Imperial de 13 de novembro, as armações catarinenses novamente foram propostas em contrato para o maior lance oferecido, com exceção das Armações de Nossa Senhora da Piedade e Lagoinha, que eram consideradas necessárias ao Serviço Público e ficaram aos cuidados da Intendência ELLIS (1969, p. 81)

Segundo Ellis (1969, p.81) neste período a atividade da caça à baleia encontrava-se praticamente abandonada, a afim de obter alguma produção, Mello e Alvim propunha a concentração nas Armações da Piedade e Lagoinha (Armação do Pântano do Sul) de todos os escravos e pertences da pesca das outras armações, colocando estas duas em condições de trabalho. “[...] Quanto à armação da Lagoinha observava que a mesma tinha boa localização e bons terrenos para plantação de mandioca o que ocuparia o pessoal da mesma em épocas impróprias para a pesca [...]”. Quanto às armações de Itapocorói e Garopaba, Mello e Alvim sugeria que fossem convertidas em freguesias, e em poucos anos, com apoio da Coroa, em povoações.

Em 1828 Mello e Alvim foi substituído na Intendência por José Maria Pinto, passando a assumir o cargo de Presidente da Província. As Armações da Piedade e Lagoinha são então destinadas ao serviço público. Foram realizadas duas pescarias, uma em 1830 e outra em 1831, cujo lucro mal cobriu as despesas efetuadas. A caça de baleias já não era compensadora aos cofres públicos.

No fim do ano de 1831, a Armação da Lagoinha foi arrematada por Veríssimo Mendes Viana e Associados e a Armação da Piedade por Antônio Mendes de Carvalho, com os edifícios arruinados e o patrimônio diminuído, sendo desviados para outras atividades.



Figura 19 - Vista Geral da Praia da Armação e da Lagoa do Peri
Fonte: Apresentação do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul
Disponível em www.ipuf.sc.gov.br, acessado em 12 de ago 2004



Figura 20 - Última baleia caçada na Armação do Pântano do Sul (1955)
Acervo: Sr. Arlindo Costa

6.2 A CAPELA DE SANT'ANA E SUAS INTERVENÇÕES

“Existe lá a Igreja dos baleeiros, que nenhum pescador antes de fazer-se ao mar deixa sem visita. Não consta de um só que fugisse à tradição”. MELVILLE (1957, p. 27).

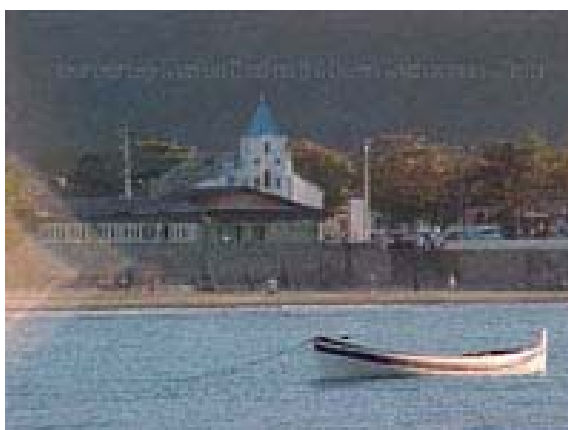


Figura 21 - Vista da Capela de Sant' Ana, a partir do mar
Fonte: www.guiafloripa.com.br

Localizada em um largo, de frente para o mar, no coração da armação baleeira, a Capela de Sant'Ana, construída em 1772, é o último testemunho do período de exploração do óleo de baleia na Ilha de Santa Catarina.



Figura 22 - Capela de Sant' Ana, já com a Torre Sineira (provavelmente década de 1960)
Acervo: Capela de Santa' Ana

Para o baleeiro, a proteção religiosa era fundamental para se sentir em segurança quando enfrentasse a terrível fera. O período de pesca era sempre marcado por uma festividade religiosa, quando o pároco descia até o mar e abençoava os barcos e os pescadores. Ainda hoje essa prática sobrevive no balneário da Armação do Pântano do Sul, mas acontece normalmente no dia de Nossa Senhora Aparecida, 12 de outubro, e não no início do mês de julho, antecipando a chegada dos cetáceos. Antigamente a festa acontecia normalmente nos dias 13 ou 24 de junho, dia de Santo Antônio ou São João.



Figura 23 - Vista geral do interior da Capela de Sant' Ana
Foto: Luana Periotto Costa

Apesar de todo o valor simbólico da Capela de Sant'Ana, a edificação não é tombada pelo IPUF. A falta de proteção legal levou à completa descaracterização da capela, que passou por diversas reformas ao longo dos séculos. No ano de 1953, através da intervenção do Almirante Carneiro, uma torre sineira com detalhes racionalistas foi anexada à capela. Posteriormente a capela

recebeu anexos laterais, em reformas efetuadas em 1969, 1987, e a última em 1998, através do sistema de mutirão, quando foi efetuada a troca do telhado.



Figura 24 - Reforma do telhado (1998)

Foto: Fabiana Comerlato



Figura 25 - Reforma do telhado (1998)

Figura 26 - Vista interna da torre da parede do altar

Foto: Fabiana Comerlato

Atualmente, a capela possui apenas uma parede original em argamassa de gala-gala, parte da parede da frente. Está coberta por telhas de cerâmica branca tipo capa e canal, arrematadas por cimbalha. Possui janelas de madeira com vergas de arco abatido, e portas de mesmo material, além de ter sido alargada nas duas laterais. Os muros que cercam o cemitério não são mais originais, e não existe mais o arco cruzeiro da capela.



Figura 27- Capela de Sant' Ana após a reforma de 1998
Foto: Fabiana Comerlato

A imagem da santa padroeira Sant' Ana, mãe de Maria, foi roubada, provavelmente na década de 1980 (não foi possível confirmar a data precisa do roubo), mas a capela ainda possui um Santo Antônio, e o Cristo Crucificado, ambos centeários.



Figura 28 - Detalhe do portão do cemitério murado (2004)
Foto: Luana Periotto Costa



Figura 29 - Cristo Crucificado



Figura 30 - Santo Antônio da Capela de Sant' Ana

Fonte: ALBALUSTRO (1995, p. 134)



Figura 31 - Detalhe da janela no reboco da parede frontal da capela, mostrando a argamassa original

Foto: Joel Pacheco (2004/1) Acervo: CEDAU

pre as descaracterizações, a Capela de Sant' Ana ainda que foi inserida na armação baleeira, em um largo, de frente para o mar com o cemitério nos fundos, além de ser um importante marco histórico e cultural para o balneário. Seria necessário que um estudo mais completo de sua evolução e de suas características originais seja executado, talvez em um outro Trabalho de Conclusão de Curso, a fim de produzir um projeto de revitalização, para preservar esse último testemunho de uma época.



Figura 32 - Capela de Sant' Ana e entorno
Foto: Joel Pacheco (2004/1) - Acervo : CEDAU

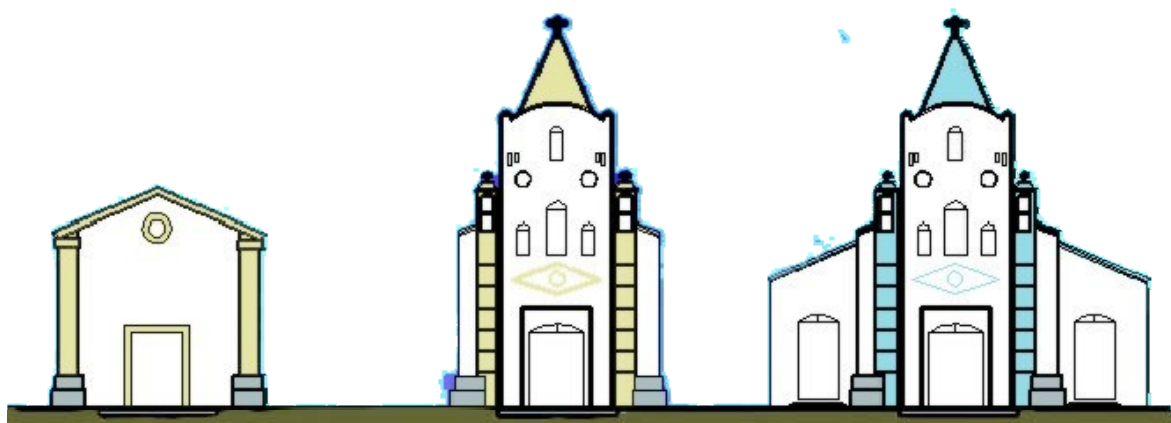


Figura 33 - Fachada original – Fachada após 1953 – Fachada atual
Evolução da Fachada da Capela de Sant' Ana
Desenho: Luana Periotto

6.3 IMPORTÂNCIA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO HISTÓRICO



Figura 34 - Desenho do Petroglifo da Praia da Armação do Pântano do Sul
Desenho da autora baseado em foto de LUCAS (1996, p. 61)

Quando os primeiros europeus chegaram ao litoral brasileiro, depararam-se com um grande número de indígenas, do tronco *Tupi-Guarani*, na costa brasileira do Rio de Janeiro até Santa Catarina, e *Charruas* e *Minuanos* no Rio Grande do Sul. No litoral catarinense os índios *Tupi-Guarani* eram conhecidos como *Carijó* ou *Carió*. Segundo o antropólogo Marco Aurélio Nadal De Masi, esses Guarani chegaram ao litoral pelo menos 460 anos antes do descobrimento pelos portugueses. Porém, este grupo não foi o primeiro a habitar o litoral sul-brasileiro.

A primeira população a habitar essas áreas é conhecida como “sambaquianos”, em referência aos seus locais de habitação, os sambaquis. Esses indivíduos, pescadores-caçadores-coletores, são provavelmente provenientes da Patagônia, região que teve uma das populações mais antigas do continente, com dez mil e quinhentos anos, e se movimentaram para o norte, produzindo uma cultura adaptada à costa.

Segundo Oliveira (apud Comerlato, 2002):

Sambaqui é um tipo de sítio arqueológico que apresenta formas e dimensões geralmente colineares e com destaque nas planícies costeiras, edificado intencionalmente através de técnicas específicas que incluíam o uso intensivo principal de conchas de moluscos para a formação de aterros, resultando em um espaço multifuncional, associado à moradia, à acumulação de restos faunísticos e à demarcação territorial, além da simultânea função de enterramento dos mortos[...]

O sítio arqueológico da Armação do Pântano do Sul está foi cadastrado pelo IPHAN²⁰ como um “acampamento”. De acordo com De Masi (2000, p.37), um sambaqui é definido como uma estratigrafia rica em conchas, caso contrário o sítio é chamado de acampamento, isto é, uma área de atividade especializada, um sitio raso ou “sujo”, utilizado como acampamento para caçar um animal, catar pinhão ou pescar.

Porém, continua o autor, no sambaqui da Armação do Pântano do Sul foram encontrados oitenta e seis esqueletos espalhados na área, alguns na própria casa onde habitava o morto, além de três mil e quinhentas peças diversas. Normalmente quando um número muito grande de artefatos muito diferentes é encontrado, o que não acontece com um acampamento que abriga atividades mais específicas, a área fica caracterizada como um sítio de múltipla atividade.

Após uma análise espacial na Armação do Pântano do Sul, o autor percebeu que a funcionalidade do sítio era diferente, tratava-se de um sítio-habitação. Essa teoria foi fortalecida pelo fato de se tratar de uma área estuária, na beira do rio do Quincas, que é o estuário da Lagoa do Peri, uma área muito rica em recursos, o ambiente ideal para a instalação de grupos que se baseavam em uma economia marinha. A comunidade estava assentada sobre uma duna baixa, a 60 metros do mar, a 100 metros do morro do Matadeiro, protegida do frio do vento sul, e a 60 metros do rio, que fornecia a água doce. A mata em volta permitia a caça e a pesca suficientes para manter a população. A área localizada entre a capela de Sant’Ana e o rio do Quincas concentra um grande número de sepultamentos, além de objetos como machadinhas e pontas de lança usados para a caça.

Ele representa uma das múltiplas formas de assentamento litorâneo. Não é o que se costuma chamar sambaqui, porque as conchas e moluscos são pouco abundantes e a camada arqueológica não é espessa: mal passa de um metro. Mas ele é um sítio voltado predominantemente para a exploração de recursos marinhos e costeiros. SCHIMITZ (1992, p. 9)

Os artefatos e ossos encontrados na Armação do Pântano do Sul hoje fazem parte da coleção do Padre Rohr, no museu do Homem do Sambaqui do Colégio Catarinense. A datação de um dos crânios através do carbono quatorze

²⁰ Cadastro: FLN O50

indica que os ossos são de 2670 AP²¹. Cerâmicas, pontas de lança, machadinhas e pedras usadas como amoladores também fazem parte do acervo, além do petroglifo encontrado nos costões da praia.

A descoberta do sítio ocorreu por acaso. Antônio Mendes de Souza ao abrir um buraco para colocar um poste para o portão de entrada de sua casa de veraneio, em 1967, encontrou um esqueleto humano. O achado chegou ao conhecimento do padre João Alfredo Rohr que já havia feito escavações na Base Aérea e na praia da Tapera. As escavações foram feitas em duas etapas. A primeira foi executada entre junho e setembro de 1969 e a segunda entre janeiro e março de 1974.

Em 1969, escavamos o terreiro de uma casa de veraneio na Armação do Sul, no sudeste da Ilha. Em uma área de 86 metros quadrados, apareceram setenta e três sepultamentos e farto material arqueológico. Aquele sítio arqueológico estende-se sobre uma área de dois mil metros quadrados e já a duzentos anos passados, foi ocupado pelas instalações para a pesca da baleia (Armação) que data o tempo do império. ROHR (1983, p.9)

Ainda hoje podem ser facilmente encontrados na praia vestígios dessas populações, como as oficinas líticas. Mas o crescimento do turismo na região, o uso intenso do solo, impactando profundamente com o rico substrato arqueológico, a falta de interesse dos órgãos competentes, bem como a pouca monumentalidade e visibilidades dos vestígios arqueológicos, provocam um descrédito na população quanto à necessidade real de preservação. Além disso, de uma área de aproximadamente dois mil metros quadrados, apenas cem metros quadrados foram analisados, por isso é urgente que o local seja alvo de prospecções, escavações e interpretações, visando à identificação e a apropriação deste sítio pela comunidade.

²¹ AP: Antes do Presente, ano de 1950 depois de Cristo. Segundo a arqueóloga Fabiana Comerlato, o presente é contado a partir da descoberta do método de datação por C14.

6.4 SITUAÇÃO ATUAL: INFRA-ESTRUTURA, EXPLORAÇÃO TURÍSTICA, PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O balneário da Armação do Pântano do Sul é uma praia de águas calmas e exuberante beleza natural, que atualmente se tornou objeto muito valorizado pela especulação imobiliária e pela indústria do turismo. A falta de saneamento básico, água potável, coleta de lixo são visíveis principalmente durante os meses de verão, quando o balneário recebe turistas vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo. A sazonalidade da população é a principal característica do balneário, visto que durante os meses de inverno grande parte do comércio e casas localizadas próximo ao mar ficam fechadas aguardando o início da temporada.

Em conversa informal com moradores da localidade, na sua maioria pescadores artesanais “nativos” da região, os principais problemas apontados foram a falta de fiscalização dos sistemas de esgoto que são lançados do Rio do Quincas Antônio, utilizado até pouco tempo pelos pescadores artesanais como via de transporte, a ocupação desordenada, causada, segundo eles, pelo aumento do número de novos moradores no balneário, e conseqüentemente o aumento do valor dos imóveis. O Sr. Nilo (43 anos) afirmou que normalmente a ocupação ilegal é feita pelos próprios “nativos”, que constroem nas áreas de proteção e marinha e depois vendem o imóvel a terceiros.



Figura 35 - Rio do Quincas Antônio

Fonte: Relatório de atualização do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul
Disponível em www.pif.sc.gov.br acessado em 27 de out de 2004

Com relação aos equipamentos urbanos, a Armação do Pântano do Sul possui apenas um posto de saúde, uma escola pública de ensino fundamental e médio e duas creches, sendo uma pública e outra particular, mas nenhum desses equipamentos atende à demanda de moradores. A segurança pública é deficiente, visto que não existe posto policial no balneário, que é atendido pelo Posto Policial do Pântano do Sul, sede da Intendência. Também não existem serviços urbanos como bancos, correios, casas lotéricas, capela mortuária, e o cemitério centenário está saturado.

Com relação a espaços de lazer, não existem praças, parques infantis, quadras de esporte, ou qualquer outro equipamento. Nos dias de tempo agradável os jovens se divertem nas areias da praia, mas nos dias frios de “vento sul” eles se reúnem na rua, normalmente em frente ao Supermercado Sagaz, um dos quatro existentes na localidade, já que a maioria dos bares e lanchonetes da praia funciona apenas nos meses de verão. Existem duas locadoras de fitas de vídeo cassete e dvd’s funcionando no bairro, e uma academia de ginástica deficiente.

Quanto ao mobiliário urbano, o balneário não é servido de bancos ou floreiras. O mobiliário encontrado foram apenas postes de iluminação, orelhões, e dois chuveiros, sendo que um deles apresenta a válvula defeituosa, que ao ser acionada não para de liberar água. Os moradores normalmente mantêm o registro deste chuveiro fechado, abrindo apenas no momento do banho, mas é comum encontrar o chuveiro desperdiçando água durante horas.

A água potável que abastece as residências normalmente tem origem do Sistema de abastecimento da Lagoa do Peri²², mas muitas residências são abastecidas com água fornecida pelo Sr. Joaquim Alípio Duarte, proprietário de um sistema alternativo de captação da fonte localizada no alto do Morro do Peri de Cima. Esse sistema atende a aproximadamente 700 residências.

Não existe sistema de tratamento de esgoto. As residências, na sua maioria, possuem sistema doméstico deficitário, constituído de fossa (normalmente pré-moldada e sem dimensionamento correto) e sumidouro. O Sr Serafim (pescador, 72 anos) declarou em entrevista informal, que a maioria dos

²² Segundo o relatório de atualização do plano diretor do Distrito do Pântano do Sul, até hoje a CSAN não possui o EIA/RIMA que garanta o abastecimento de água sem comprometer o ecossistema da Lagoa do Peri.

moradores, após a execução do calçamento (em sistema de mutirão) e da drenagem pluvial em suas ruas, ligam o esgoto de suas casas ao sistema de drenagem.

Outro problema observado no bairro é a falta de acostamento, ou mesmo de passeio na rodovia e nas ruas do bairro, causando insegurança aos pedestres e ciclistas que transitam entre o Pântano do Sul e a Armação, e dentro do próprio balneário da Armação. Além disso, o sistema de transporte público é desarticulado e caro, principalmente se observamos o fato de que a Intendência da região, o Posto Policial, Lotéricas, entre outros equipamentos, estão localizada no Pântano do Sul, e não existe uma linha de ônibus que faça o trajeto apenas Pântano – Armação ou Campeche - Armação, obrigando o morador a pagar a passagem referente o trajeto até o centro de Florianópolis.



Figura 36 - SC-406 sem acostamento na praia da Armação do Pântano do Sul

Fonte:Relatório de atualização do Plano diretor do Distrito do Pântano do Sul

Disponível em www.pif.sc.gov.br acessado em 27 de out de 2004

As principais fontes de trabalho e renda dos moradores do balneário são o artesanato, com destaque para as peças cerâmicas, e a pesca. Existem dois tipos de pescadores na Armação, os pescadores artesanais, poucos atualmente, que para garantir a subsistência da família fazem o transporte de turistas para a Ilha do Campeche durante o verão, e os pescadores contratados pelas indústrias de pescado, como a Pioneira da Costa, presente na Ilha do Campeche, e

responsável pela escassez de recursos marinhos na região, devido ao caráter predatório da pesca com barcos de arrasto²³.

A comunidade não possui espaço para apresentações artísticas, e expressão da identidade cultural do lugar. Os pescadores artesanais, os artesãos, e demais moradores nativos do lugar não possuem representatividade frente à nova geração de moradores da Armação do Pântano do Sul, onde predominam gaúchos, paulistas e paranaenses. Festas tradicionais que aconteciam nos meses de inverno, como a Festa do Cacareco, onde os artesãos vendiam seus trabalhos, os blocos de carnaval (de grande representatividade no balneário), grupos de teatro e de boi-de-mamão faziam apresentações, e onde ocorria a verdadeira integração da comunidade. Tais eventos não são mais realizados, devido à falta de um local apropriado.

Com relação à educação ambiental, anualmente são formados grupos de monitores para atuarem na Ilha do Campeche, formado em sua maioria por jovens estudantes da Praia da Armação, Costa de Dentro, Pântano do Sul e Morro das Pedras. Esses grupos desenvolvem também projetos de preservação na Lagoa do Peri, promovendo trilhas e passeios. O balneário é carente também de cursos profissionalizantes, e de educação ambiental para a formação dos jovens, não só para atuarem como guias na Ilha do Campeche ou na Lagoa do Peri, mas como representantes da região em que residem, auxiliando na interpretação do lugar, garantindo a integridade de turistas e do ambiente e agregando conhecimento e renda à comunidade.



Figura 37 - Tartaruga Marinha, que costuma a utilizar as areias das dunas da Armação para descansar e botar seus ovos

Fonte: Relatório de atualização do Plano diretor do Distrito do Pântano do Sul

²³ Constantemente, apesar das denúncias do crime aos órgãos de controle ambiental, os pequenos barcos arrastam as redes próximas à praia, capturando enormes quantidades de peixes pequenos para fornecer aos barcos atuneiros como iscas.

Enfim, a Armação do Pântano do Sul necessita de ações que permitam o desenvolvimento, gerando empregos e renda durante todos os meses do ano. O turismo cultural poderia ser uma boa alternativa para a região, como atividade econômica principal, devido ao seu valor histórico e arqueológico. Mas os limites de ocupação humana no balneário também devem ser exaustivamente estudados, e a fiscalização deve ser eficiente, a fim de garantir um desenvolvimento sustentável. O futuro da Armação do Pântano do Sul depende fundamentalmente da afirmação da sua identidade cultural-ambiental, e de políticas de educação e preservação.

6.5 ESTRUTURAS REMANESCENTES

As maiorias das estruturas remanescentes da Armação do Pântano do Sul atualmente se encontram em quintais e terrenos particulares, grande parte soterradas sob as fundações das edificações construídas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com o avanço da exploração turística na região.

O azeite de baleia, utilizado como aglutinante de pedras e tijolos nos edifícios das Armações baleeiras, petrificou-se com o passar dos anos entre os elementos construtivos, permitindo que muitas estruturas continuassem consolidadas. O óleo utilizado na argamassa servia também como hidrofugante, desacelerando o processo natural de destruição. Já o reboco, feito com mais cal para dar acabamento às paredes das edificações foi se desprendendo, devido à ação das águas da chuva que criavam um ambiente úmido, propício à formação de fungos e limo, deixando as paredes mais suscetíveis a degradação.

As estruturas mais próximas do mar foram destruídas mais facilmente, devido o constante trabalho das marés²⁴. Os tanques de azeite foram soterrados em baixo das fundações dos galpões de pescadores, assim como grande parte das estruturas.

O cadastro das estruturas remanescentes da Armação do Pântano do Sul foi realizado pela arqueóloga Fabiana Comerlato durante a pesquisa para sua Dissertação de Mestrado no ano de 1998, e atualizado pela autora em 2004. Percebemos que algumas estruturas citadas por Comerlato, não estão mais visíveis ou foram demolidas. Ainda assim estas estruturas foram cadastradas e serão sinalizadas.



Figura 38 - Estrutura cadastrada pela arqueóloga Fabiana Comerlato, que durante o levantamento para este trabalho estava completamente coberta pela areia
Foto: Fabiana Comerlato

²⁴ Segundo Comerlato (1997) devemos considerar que o nível do mar era mais baixo que o atual no século XVIII.

6.5.1 Estrutura 01: Meia parede de edificação

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos n°737

- **Ponto de Referência:**

Ao lado da Capela de Sant'Ana. Lado norte

- **Descrição da estrutura:**

“Parte de uma parede de uma edificação serve de muro e está na divisa do terreno do Bar Elvis. No outro terreno o muro foi aproveitado como parede (a parede foi construída encaixada no muro). Feito de pedras grandes irregulares fixadas com argamassa e entre elas foram colocadas pedras de menores proporções” Comerlato (1998).

- **Dimensões da estrutura:**

“9,30 m de comprimento por 1,50 m de altura” Comerlato (1998)

- **Proprietário do terreno:**

Sergio

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana comercial

- **Relação com construções modernas:**

Vinícius Corretor de Imóveis

- **Condições de conservação:**

Esta estrutura não está mais visível.



Figura 39 - Estrutura 01
Foto: Fabiana Comerlato (1998)

6.5.2 Estrutura 02: Meia parede de edificação

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos nº737

- **Ponto de Referência:**

Ao lado da Capela de Sant'Ana. Lado norte

- **Descrição da estrutura:**

“Parte de uma parede em forma de “L”, feita de pedras grandes irregulares fixadas com argamassa e entre elas foram colocadas pequenas pedras e fragmentos de telhas”. Comerlato (1998)

- **Dimensões da estrutura:**

“12 m de comprimento por 1,20 m de altura; 4,85 m de comprimento por 1,20 de altura.” Comerlato (1998)

- **Proprietário do terreno:**

Sergio

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana comercial

- **Relação com construções modernas:**

Restaurante Bell's

- **Condições de conservação:**

Esta estrutura não está mais visível

6.5.3 Estrutura 03: Base de pilar

- **Localização:**
Na beira da praia
- **Ponto de Referência:**
Ao lado da Capela de Sant'Ana. Lado norte
- **Descrição da estrutura:**
Base de pilar na beira do mar próximo a escadaria. Sofre com a ação constante das marés.
- **Dimensões da estrutura:**
1,67 m x 1,45 m. Altura máxima 0,45 m.
- **Proprietário do terreno:**
Terreno de Marinha
- **Ocupação atual do sítio:**
Atividade urbana - lazer
- **Possibilidade de destruição:**
Erosão pela ação das marés
- **Condições de conservação:**
Péssima



Figura 40 - Estrutura 03
Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.4 Estrutura 04: Base de pilar

- **Localização:**
Na beira da praia
- **Ponto de Referência:**
A 20 m da escadaria que dá acesso à praia
- **Descrição da estrutura:**
Um bloco em forma de pilar na beira do mar, próximo a escadaria
- **Dimensões da estrutura:**
1,45 x 1,50 com 0,78 m de altura máxima
- **Proprietário do terreno:**
Terreno de Marinha
- **Ocupação atual do sítio:**
Atividade urbana - lazer
- **Possibilidade de destruição:**
Erosão pela ação das marés
- **Condições de conservação:**
Péssima



Figura 41 - Estrutura 04

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.5 Estrutura 05: Pilar

- **Localização:**
Na beira da praia
- **Ponto de Referência:**
A 20 m da escadaria que dá acesso à praia
- **Descrição da estrutura:**
Um bloco em forma de pilar na beira do mar, próximo a escadaria.
- **Dimensões da estrutura:**
1,42 x 1,55 com 0,90 de altura máxima
- **Proprietário do terreno:**
Terreno de Marinha
- **Ocupação atual do sítio:**
Atividade urbana - lazer
- **Possibilidade de destruição:**
Erosão pela ação das marés
- **Condições de conservação:**
Péssima



Figura 42 - Estrutura 05
Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.6 Estrutura 06: Pilar

- **Localização:**

Na beira da praia

- **Ponto de Referência:**

A 20 m da escadaria que dá acesso à praia

- **Descrição da estrutura:**

Um bloco em forma de pilar na beira do mar, próximo a escadaria, na divisa do terreno da casa 103 c.

- **Dimensões da estrutura:**

1,60 m de largura, com 1,10 m de altura.

- **Proprietário do terreno:**

Terreno de Marinha

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana - lazer

- **Possibilidade de destruição:**

Erosão pela ação das marés

- **Condições de conservação:**

Péssima



Figura 43 - Estrutura 06

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.7 Estrutura 07: Base de Pilar

- **Localização:**

Na beira da praia

- **Ponto de Referência:**

A 20 m da escadaria que dá acesso à praia

- **Descrição da estrutura:**

Um bloco em forma de pilar na beira do mar, próximo a escadaria no canto fronteiro ao terreno da casa 103 c. Esta estrutura pode ter sido removida de outro local e depositada no local atual.

- **Dimensões da estrutura:**

1,10 m x 0,70 m de largura, com 0,75 m de altura.

- **Proprietário do terreno:**

Terreno de Marinha

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana - lazer

- **Possibilidade de destruição:**

Erosão pela ação das marés

- **Condições de conservação:**

Péssima



Figura 44 - Estrutura 07

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.8 Estrutura 08: Resquícios de parede de uma edificação

- **Localização:**

Na beira da praia

- **Ponto de Referência:**

Casa n° 103 c

- **Descrição da estrutura:**

“Na beira da praia, paralelo à linha do mar entre a praia e o terreno particular da casa n° 103 c. Estrutura linear com 6,10 m de comprimento. Na praia existem pedras e restos de materiais de construção que protegem parcialmente a estrutura da atividade das marés. Provavelmente parte restante do engenho de frigir” Comerlato (1998). Atualmente pouco desta estrutura está visível, devido ao grande depósito de materiais de construção e pedras.

- **Proprietário do terreno:**

Terreno de Marinha

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana - lazer

- **Possibilidade de destruição:**

Erosão pela ação das marés

- **Condições de conservação:**

Péssima



Figura 45 - Estrutura 08

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.9 Estrutura 09: Pilar

- **Localização:**

Na beira da praia

- **Ponto de Referência:**

Junto ao chuveiro, próximo ao barracão de pescadores.

- **Descrição da estrutura:**

Junto ao pilar, em uma de suas paredes foi construída uma bomba d'água, e na sua face voltada para o mar, um chuveiro para atender aos banhistas.

- **Proprietário do terreno:**

Terreno de Marinha

- **Ocupação atual do sítio:**

Atividade urbana – lazer

- **Condições de conservação:**

Ruim



Figura 46 - Estrutura 09

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.10 Estrutura 10: Meia Parede

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos n° 103

- **Informação de Referência:**

Em frente a pousada Maré de Lua, e ao lado do galpão de pescadores.

- **Descrição da estrutura:**

“Meia parede dos fundos do engenho de frigir, feita de pedras argamassadas. Em 1998 foi construído um adendo atrás da casa que impossibilita a visão da estrutura”. Comerlato (1998)

- **Substrato:**

Arenoso

- **Vegetação:**

inexistente

- **Relação com construções modernas:**

Em frente à pousada Maré de Lua

- **Condições de conservação:**

Esta estrutura ou foi demolida ou não está mais visível, como descrito pela arqueóloga Fabiana Comerlato.

6.5.11 Estrutura 11: Pilar

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos n° 110

- **Ponto de Referência:**

Pousada Maré de Lua, em frente ao galpão de pescadores.

- **Descrição da estrutura:**

Pilar parcialmente soterrado embaixo de uma edícula. Local onde era a senzala.

- **Substrato:**

Arenoso

- **Proprietário do terreno:**

Roberto Mansur Záquia

- **Ocupação atual do sítio:**

Residência Multi-familiar

- **Relação com construções modernas:**

Área com residência de madeira e edícula. Nos fundos uma pousada de dois pavimentos inaugurada em dezembro de 1997.

- **Intervenções arqueológicas:**

Padre João Alfredo Rohr, em 1969.

- **Condições de conservação:**

- Boa



Figura 47 - Estrutura 11
Foto: Luana Periotto Costa, em 23 de set de 2004

6.5.12 Estrutura 12: Pilar

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos n° 110

- **Ponto de Referência:**

Pousada Maré de Lua, em frente ao galpão de pescadores

- **Descrição da estrutura:**

Pilar parcialmente soterrado embaixo de uma edícula. Local onde era a senzala.

- **Substrato:**

Arenoso

- **Proprietário do terreno:**

Roberto Mansur Záquia

- **Ocupação atual do sítio:**

Residência Multi-familiar

- **Relação com construções modernas:**

Área com residência de madeira e edícula. Nos fundos uma pousada de dois pavimentos inaugurada em dezembro de 1997.

- **Intervenções arqueológicas:**

Padre João Alfredo Rohr, em 1969.

- **Condições de conservação:**

- Boa



Figura 48 - Estrutura 12
Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.13 Estrutura 13: Parede de edificação

- **Localização:**

Rua Antônio Borges dos Santos n° 687

- **Descrição da estrutura:**

Muro paralelo à divisa do terreno, encostado na parede da residência e pintado de branco

- **Substrato:**

Arenoso

- **Proprietário do terreno:**

Erasmão João Antunes

- **Ocupação atual do sítio:**

Residencial

- **Relação com construções modernas:**

Terreno com casa de veraneio, ao lado da casa do Sr. Erasmão, e ao lado do Bar do Elvis

- **Condições de conservação:**

- Boa



Figura 49 - Estrutura 13 (1998)

Foto: Fabiana Comerlato



Figura 50 - Estrutura 13

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

6.5.14 Estrutura 14: Base de Pilar

- **Localização:**

Na beira da praia

- **Ponto de Referência:**

Ao lado do galpão de pescadores

- **Descrição da estrutura:**

“Base de pilar em frente à lanchonete Companhia do Mar. Essa estrutura está alinhada com a estrutura 9 e 10. Está coberta em parte por uma camada de asfalto e outra parte serve de base para a barraca de venda de passagens para o transporte à Ilha do Campeche”. Comerlato (1998).

- **Substrato:**

Arenoso

- **Proprietário do terreno:**

Área de Marinha

- **Condições de conservação:**

Essa estrutura foi demolida, junto com a barrada de venda de passagens para a Ilha do Campeche. Nos molhes de acesso à Ponta das Campanhas, existe uma base de pilar, que pode ter sido removida desta estrutura ou da estrutura de número 15.



Figura 51 - Base de pilar deslocado para o molhe de acesso às campanhas por vândalos
Foto: Luana Periotto Costa (2004)

6.5.15 Estrutura 15: Base de pilar

- **Localização:**
Casa n° 103 b, de frente para o mar.
- **Ponto de Referência:**
No terreno do antigo bar da tia Lindaura.
- **Descrição da estrutura:**
“Um bloco em forma de pilar na beira do mar” Comerlato (1998)
- **Dimensões da estrutura:**
“1,30 m x 1,10 m” Comerlato (1998)
- **Proprietário do terreno:**
Terreno de Marinha
- **Ocupação atual do sítio:**
Atividade urbana - comercial
- **Condições de conservação:**

Essa estrutura, segundo relatam pescadores, foi demolida. Existe uma estrutura depositada nos molhes de acesso à Ponta das Campanhas (foto anterior) que pode pertencer a ela, ou à estrutura de número 14.

6.5.16 Estrutura 16: Fundação de edificação

- **Localização:**
Ponta das Campanhas
- **Descrição da estrutura:**
Fundação de edificação da Companhia dos Baleeiros.
- **Substrato:**
Embasamento cristalino
- **Vegetação:**
Herbácea
- **Ocupação atual do sítio:**
Ponto de apoio para pesca. Embarque e desembarque de turistas para a Ilha do Campeche.
- **Relação com construções modernas:**
Ao lado do barracão do Clube de Preservação Ecológica e Esportiva Couto de Magalhães
- **Condições de conservação:**
- Boa



Figura 52 - Estrutura 16

Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

7 REFERENCIAL TEÓRICO

7.1 CONCEITUAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO, CULTURA, TURISMO E LEGISLAÇÃO

7.1.1 A preservação do patrimônio cultural

A legislação sobre a preservação do patrimônio no Ocidente remonta o início do século XIX. No ano de 1830, Guizot criou na França, através de decreto, o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos. De 1830 até 1886, quando a lei sobre monumentos históricos foi promulgada, houve uma longa fase de experimentação e reflexão.

Em 1837 foi criada a 1ª. Comissão de Monumentos Históricos da França. Essa comissão, apesar de não dispor de instrumentos específicos e nem serviços para auxiliá-los, assumiu a função de determinar (tombar) os edifícios que deveriam ser considerados monumentos²⁵, classificando-os em três categorias: edifícios históricos remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos da Idade

²⁵ Monumento: Do latim *Monumentum*, deriva de *Monere*, que significa advertir, lembrar. Segundo Quincy (apud Choay, 2001), “aplicada às obras de arquitetura, essa palavra designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis”.

Média e alguns castelos. Esses monumentos provinham, em sua maioria, da arqueologia e da história erudita.

Posteriormente outras formas de arte de construir foram anexadas, como as construções privadas não monumentais, construídas normalmente sem arquiteto; a arquitetura vernacular²⁶, e a arquitetura industrial. Os principais inspetores deste período foram: Victor Hugo, Montelambert, Barão Taylor, entre outros.

As principais vantagens do sistema de inspetoria foram os procedimentos de tombamento e a produção de inventários como instrumentos de baliza e controle.

No ano de 1889 foi promulgada a Primeira Lei sobre monumentos históricos, que instituía um órgão centralizado e dotado de infra-estrutura administrativa e técnica. O Serviço dos Monumentos Históricos confirma a centralização, a unidade e a coerência da política francesa de conservação dos monumentos históricos.

Na Inglaterra, a intervenção do Estado só aconteceria com a criação do *Anciente Monuments Protectio Act*, em 1882.

A lei de 1889 teve sua forma definida, e constituiu o texto legislativo de referência para a lei sobre monumentos históricos de 1913. Mas a legislação ainda apresentava alguns inconvenientes, como a morosidade da burocracia, no contexto administrativo, técnico e jurídico dos procedimentos principalmente com redução progressiva do papel ativo do voluntariado, substituído por funcionários pouco engajados.

A 1ª. Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos aconteceu em Atenas, em 1931. Desta convenção participaram apenas países europeus. A partir de 1960 a noção de monumento histórico e as práticas de conservação extravasavam os limites da Europa. Na mesma época os Estados Unidos foram os primeiros a proteger seu patrimônio natural, apesar de não se interessarem pelo patrimônio arquitetônico.

Em 1962 aconteceu em Paris a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Entre outras determinações, a conferência definiu que “a salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e

²⁶ Termo inglês que designa os edifícios marcadamente locais.

aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem...” A conferência também recomenda o controle dos trabalhos e atividades susceptíveis de causar dano às paisagens e aos sítios, sugerindo que medidas corretivas deveriam ser tomadas a fim de suprimir os danos causados, reabilitando-os na medida do possível, evitando, contudo cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pitorescas.

Uma ação educativa deveria ser empreendida dentro e fora das escolas para despertar e desenvolver o interesse do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas às normas editadas para garantir sua salvaguarda. (UNESCO,1962)

No ano de 1964 em Veneza, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS produziu um documento conhecido como “Carta de Veneza”, no qual a *“noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”*.

A partir daí, a conservação e a restauração dos monumentos passa a visar à salvaguarda tanto da obra de arte quanto do testemunho histórico.

Em 1972, na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural ocorrida na cidade de Paris, foram definidos os conceitos para patrimônio cultural e patrimônio natural:

- Patrimônio cultural: Os lugares, obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, como as áreas que incluem sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

- Patrimônio natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.

Outros conceitos importantes, que serão abordados nesse trabalho, foram definidos no encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, que aconteceu na cidade de Burra, na Austrália, em 1980:

- Bem: É o local, zona, edifício ou obra construída, que possuam significação cultural.

- Substância: Conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem.
- Significação cultural: Designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.
- Conservação: Designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar suas características que apresentem significação cultural.
- Manutenção: Designará a proteção contínua do conteúdo e do entorno de um bem.
- Preservação: Manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.
- Restauração: Será o restabelecimento da substância de um bem em estado anterior conhecido.
- Reconstrução: restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido. Distingue-se da restauração pela intromissão de materiais diferentes e não deve ser confundida com recriação ou com reconstituição hipotética.
- Adaptação: Agenciamento de um bem a uma nova função, sem a destruição de sua significação cultural.
- Uso Compatível: designará a utilização que não implique mudança na significação cultural da substância.

7.1.2 Evolução da questão do patrimônio cultural no Brasil

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio data da década de 1920. Entre os anos de 1920 e 1923 destacam-se Augusto de Lima e Gustavo Barroso, que priorizavam a arquitetura tradicionalista neocolonial, em detrimento dos outros estilos arquitetônicos. Então, nesse período a filosofia de preservação se baseou no interesse pelos detalhes, e não pela história do edifício.

No ano de 1925 inicia-se a discussão sobre a preservação de bens móveis (livros, códices, móveis...). Em 1933 houve o primeiro tombamento de cidade: Ouro Preto, mas até 1937, com a constituição do Ministério da Educação, criando-se o IPHAN (depois, SPHAN, IBPC e atualmente IPHAN) e com o esforço em busca do rigor metodológico de pesquisa empreendido por Mario de Andrade é que a legislação preservacionista no Brasil passa a ser aplicada. Através do decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é organizada. Segundo o artigo primeiro do decreto nº25,

O patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, seja por fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O decreto de 1937 considera também sujeito a tombamento os sítios e paisagens humanas ou naturais. Surge o conceito de arte pura e arte aplicada, a arte como habilidade. A partir de 1937 são inscritos no Livro do Tombo²⁷ os bens de interesse de preservação, separados em quatro categorias: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Segundo Nestor Goulart dos Reis Filho, em palestra realizada no dia 23 de setembro de 2004, em Itajaí no Encontro Cidade Revelada, neste período não havia uma sistemática de pesquisa sobre o conhecimento da história colonial

²⁷ "Refere-se à Torre do Tombo em Portugal, local onde eram conservados os documentos importantes da Coroa Portuguesa. Atualmente designa um ato administrativo realizado pelo poder público, com o objetivo de preservar, por intermédio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, ambiental e afetivo [...]”VEIGA (2003, p. 8)

brasileira. Mario de Andrade inaugura a busca por uma metodologia de pesquisa histórica, e juntamente com Lucio Costa, Carlos Leal, Gustavo Capanema, Rodrigo de Melo Franco de Andrade entre outros, estabelece os paradigmas dos estudos da arquitetura no Brasil.

No ano de 1961, a legislação brasileira passa a se preocupar com o patrimônio arqueológico. A lei nº 3924 de 26 de julho declara:

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.

Esta lei determina também que “a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 161 da mesma Constituição”.

Em 1988, com a promulgação da nova constituição brasileira pela primeira vez surge a denominação patrimônio cultural e sua definição. Outra novidade é a distinção entre Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural, este último sob a denominação ambiental. O meio ambiente, aliás, passa a constar de capítulo específico. A ação popular tem explicitado, no novo texto, seu papel na defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente.

O artigo nº 216 da Constituição Brasileira define o Patrimônio Cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...]”. Segundo este artigo esses bens podem ser as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No ano de 2000, através do Decreto nº 3551, começa no Brasil a discussão sobre o patrimônio imaterial. Segundo o decreto, os bens de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro deverão ser registrados nos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Segundo o Decreto nº 3551, a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Além disso, outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Ainda segundo o Decreto nº3551, será de responsabilidade do IPHAN fazer a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, encaminhar ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Caso o título não seja revalidado, o bem será apenas registrado, como referência cultural de seu tempo.

7.1.3 A preservação do patrimônio cultural em Florianópolis

Na cidade de Florianópolis, a política de preservação e valorização do patrimônio histórico, da identidade e memória local e da difusão das manifestações culturais é enfatizada pela Lei Orgânica do Município. A Lei nº1202 dispõe sobre a proteção do patrimônio e institui o instrumento do tombamento, que é a preservação com proteção legal, e cria o SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município). No ano de 1979, o SEPHAN foi transferido para o IPUF, e a preservação passou a ser compreendida como um dos elementos integrantes do planejamento urbano.

Atualmente dois órgãos trabalham coma preservação do patrimônio na esfera municipal: o IPUF, através do SEPHAN, e a Fundação Franklin Cascaes, através da Coordenadoria de Patrimônio Cultural.

Segundo Veiga (2003, p. 7)

A política de preservação desenvolvida pelo SEPHAN, único setor da prefeitura que trata da preservação histórico-arquitetônica é resultado de um trabalho sistemático que teve início em 1981, onde se pretendeu identificar o patrimônio arquitetônico do município, cadastrá-lo, inventariá-lo, selecioná-lo, e propor os mecanismos para a sua preservação (conjuntos e monumentos isolados) num contexto de Planejamento Urbano

Já a Fundação Franklin Cascaes é atualmente o principal órgão de apoio à política cultural no Município. As ações da Fundação contemplam o universo da memória e produção cultural contemporânea de Florianópolis, além da preservação do patrimônio imaterial.

É importante salientar que a cidade de Florianópolis, ainda não possui o aparato técnico, humano e legal necessário à preservação do patrimônio imaterial e a legislação estadual referente à proteção deste patrimônio é bastante recente, o Decreto nº 2.504 foi publicado no Diário Oficial do estado em 29 de setembro de 2004 .

Apesar da legislação estar avançando, a Ilha de Santa Catarina possui uma identidade cultural que corre o risco de se perder com a globalização, pela falta da aplicação municipal desta legislação. A técnica de construção das baleeiras, a pesca artesanal, as festas e comemorações como a Festa do Divino

e o Boi-de-mamão, as praças, práticas, lendas, caminhos e lugares que fazem parte do imaginário ilhéu devem ser protegidos e preservados, a fim de se garantir que no futuro, ainda existam “manezinhos da ilha”, que nossas crianças possam se divertir com as “maricotas”, se emocionar com as fitas e bandeiras do Divino e se encantar com as histórias de bruxas e lobisomens.



Figura 53 - Baleeira de Santa Catarina, cuja técnica de construção está em extinção
Fonte: www.museudomar.com.br

7.1.4 Turismo, interpretação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável



Figura 54 - Sinalização interpretativa do projeto Baleia Franca – Imbituba
Foto: Fabiana Comerlato

Interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio de representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar, otimizando a visita do turista, estimulando o olhar, provocando a curiosidade.

Em qualquer cultura as lembranças e as experiências passadas fornecem marcos de vidas individuais, que são de grande valor para o processo de interpretação do patrimônio.

Freemam Tilden (apud Murta e Goodey, 2002) conceitua a interpretação como: "uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais".

Mais que informar, interpretar é revelar significados, provocar emoções, agregar valor ao produto turístico, entretendo e inspirando novas atitudes no visitante, proporcionando uma experiência inesquecível.

Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes, tais como teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura; sem todavia se confundir com os meios de comunicação que lhe servem de veículos para

expressar as mensagens. Esses veículos são, normalmente, placas, painéis, folders, mapas, guias, centros culturais e de informações, museus entre outros. No entanto nada substitui a interpretação ao vivo, quando realizada por guias e condutores treinados e sensíveis ao ambiente e às necessidades do visitante.

A interpretação é um elemento essencial à conservação e gestão do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes, visando a proteção do objeto de visita, popularizando o conhecimento ambiental e induzindo a atitudes de respeito e proteção.

Assim sendo, a primeira etapa de um trabalho de interpretação, é descobrir a “vocação” do lugar, possibilitando à população participar e usufruir dos resultados, criando novas oportunidades de trabalho e renda ligados ao turismo.

“Uma comunidade que não conhece a si mesma, dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio” (Murta e Albano, 2002)

7.1.4.1 Histórico da Interpretação do patrimônio cultural

A prática sistemática da interpretação foi estabelecida pelo Serviço Nacional de Parques dos EUA no final da década de 50, a fim de sensibilizar o crescente número de visitantes dos Parques de Yosemite e do Grand Canyon sobre a preservação desses santuários.

Na Grã-Bretanha os conceitos de interpretação ambiental foram utilizados pelo National Countryside Commission, na década de 60. A partir da desta década, a prática da interpretação evoluiu para monumentos, edifícios e sítios históricos, passando a incluir áreas significativas do ambiente urbano, ganhando destaque o “planejamento interpretativo”.

Depois que a preservação e a interpretação do patrimônio ambiental urbano passaram a sensibilizar e a engajar grandes segmentos da população britânica, o patrimônio cultural desenvolveu-se como principal recurso da indústria turística. (Murta e Albano, 2002).

A partir de 1980, a interpretação e a revitalização concentraram-se na criação de atrações históricas e culturais, como diferentes tipos de museus, centros culturais, centros de visitação e de informações, muitas vezes objeto de

investimento privado. No entanto, em geral a população foi excluída do processo de interpretação, o que resultou muitas vezes na montagem de atrações históricas fossilizadas para o consumo turístico, sem a vitalidade das práticas culturais e sociais locais. O resultado são paisagens urbanas esvaziadas de conteúdo sócio cultural.

Após a Conferência ECO 92 no Rio de Janeiro, a questão da sustentabilidade levou a novas concepções de como desenvolver o turismo e suas atividades correlatas. Hoje há o consenso de que o turismo sustentado deve harmonizar as necessidades de quatro componentes: a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade turística.

O planejamento sustentável deve sempre levar em consideração a preservação da natureza, da cultura, dos processos produtivos locais, trabalhando diretamente com a população nativa e com as organizações turísticas locais.

No ano de 1999, a Conferência Internacional de Apresentação e Interpretação do Patrimônio, realizada na Universidade de Bournemouth na Inglaterra, revelou a preocupação de que no final do milênio, a humanidade não estava realmente ganhando a luta pela preservação, apesar de todos os esforços de tombamento, restauração e delimitação de áreas naturais de proteção. Os padrões de desenvolvimento mundial até então haviam se mostrado mais destrutivos que preservacionistas. Mas a Conferência de Bournemouth revelou também que a única chance de reverter esse quadro seria desenvolvendo a afeição das pessoas pelo ambiente que as circunda, pelo espaço público, pela natureza e sítios históricos e culturais. Com esse intuito foi lançada a proposta de se instituir a Rede Européia para Interpretação do Patrimônio. No ano de 2000, na Alemanha, a *Rede Interpret Europe* foi inaugurada oficialmente.

7.1.4.2 Princípios básicos de Interpretação do patrimônio cultural

Interpretar é um ato de comunicação. Segundo Murta e Albano, “interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural”. Murta e Albano (2002).

Os princípios de interpretação foram descritos por Freeman Tilden em 1967, enumerados por Murta e Albano, (2002), e aqui transcritos:

- Sempre focalizar os sentidos do visitante, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente.
- Revelar sentidos com base na informação, não apenas informar.
- Utilizar muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico.
- Não apenas instruir, mas provocar, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada sobre o que está sendo apresentado.
- Apresentar sempre a história completa, em vez de parte desta.
- Ser acessível ao público mais amplo possível, levando sempre em consideração necessidades especiais (crianças, idosos e deficientes)
- Iniciar a interpretação em parceria com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos e recursos.
- Adotar uma abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando as dimensões socioeconômicas, ao lado das dimensões histórica, ecológica e arquitetônica.
- Não tentar “vender” uma verdade universal, mas destacar a diversidade e a pluralidade culturais. Sua interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos.
- Levantar sempre em consideração o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamentos, elementos essenciais para uma experiência prazerosa do lugar.

7.1.4.3 Meios e técnicas de Interpretação do patrimônio cultural

7.1.4.3.1 Interpretação ao vivo

Pressupõe um ator, um guia ou expert contando casos, atuando, conversando, demonstrando, ilustrando e explicando temas e processos aos visitantes.

Esse tipo de interpretação requer treinamento e pesquisa pessoal. O guia deve também atuar como guarda ou especialista em segurança, garantindo a integridade de turistas e do ambiente.

7.1.4.3.2 Textos e Publicações

Consistem em mapas ilustrados, guias, roteiros, folders e cartões postais. Publicações acadêmicas não são atraentes. O ideal é que a publicação contenha plantas atraentes, graficações, fotos, provocando a curiosidade sobre o lugar.

É aconselhável ter cautela com o uso do papel, por seu caráter não ecológico. Muitos museus e centros culturais têm utilizado papel reciclado, ou têm cobrado pelo material, o que auxilia na diminuição do lixo.



Figura 55 - Mapa ilustrado dos *Jardines de la Granja*, Espanha
Foto: Joel Pacheco. Acervo CEDAU

7.1.4.3.3 Placas, painéis e letreiros

O texto deve ser curto, simples e equilibrado, com mapas e ilustrações.

A estrutura e os materiais devem ter boa qualidade, design adequado à região, resistentes ao clima e ao vandalismo e se preocupar com o acesso à informação das crianças e deficientes.



Figura 56 - Placa Indicativa do patrimônio cultural da cidade de Ávila – Espanha
Foto: Joel Pacheco. Acervo: CEDAU

A localização e o grau de intromissão na paisagem também são questões importantes para uma interpretação de qualidade.

Desenhos “recortados”, axonométricos, diagramas seqüenciais e reconstituições idealizadas, com bom design, são úteis para expressar noções e funções do espaço e de seu contexto histórico.

Fotografias, gravuras e pinturas que realcem as restaurações ou as características perdidas na fachada de um edifício podem aumentar a compreensão à cerca do patrimônio.



Figura 57 - Placa Indicativa do patrimônio cultural – Espanha
Foto: Joel Pacheco. Acervo: CEDAU

Jargões técnicos e termos que implicam juízos de valor devem ser evitados. O texto deve ser claro, limitar-se ao mínimo e estar bem equilibrado com ilustrações. O parâmetro sugerido por Murta e Albano é que um painel de 1 m² não deve ter mais que 100 palavras de texto dissertativo.

7.1.4.3.4 Trilhas e Roteiros

Uma trilha é uma rota, já existente ou planejada, que liga pontos de interesse em ambientes urbanos ou naturais. Por ser geralmente auto-guiada, uma trilha deve ter sempre algum tipo de sinalização ou interpretação ambiental para orientar o visitante e ajudá-lo a entender o que vê pelo caminho.

A intromissão e poluição visual que essa sinalização poderá causar no lugar pode determinar que a rota seja sinalizada através de marcas no chão. Uma trilha consiste então da rota sinalizada e o folder, com mapas e interpretações.

7.1.4.3.5 Centros de Visitantes e de Informações Turísticas

Um centro de visitantes é um lugar aberto ao público e destinado à interpretação de um sítio, cidade, parque ou de alguns aspectos de sua história. Utilizam-se uma variedade de técnicas interpretativas, e normalmente oferecem serviços como bares, lanchonetes, sanitários e lojas de souvenirs. Estes centros podem ser mantidos pela iniciativa privada, o que é indicativo de seu caráter como empreendimento auto-sustentável.

Um centro de informações deve fornecer ao visitante dados básicos sobre uma área, monumento, lugar de interesse e serviços como acomodações, transportes, entre outros...Frequentemente esses centros apresentam também programas de roteiros e caminhadas.

Localização apropriada e apresentação atraente são fundamentais para o sucesso do empreendimento. Além disso, outras vantagens de um centro de informações bem equipado:

- Ser um lugar onde são divulgadas as excursões de caminhadas oferecidas por diferentes entidades e organizações.
- Fornecer e produzir mapas e guias que podem encorajar o turista a visitar os sítios urbanos e naturais em sua totalidade, utilizando propaganda paga, sem depender de dinheiro público.
- Ser um órgão de orientação para a visita real ou virtual a outras instituições culturais, educativas e turísticas.
- Poder atuar como corretor de hotéis e pousadas, restaurantes e casas de espetáculos.

7.2 CONCEITUAÇÃO SOBRE MUSEUS

Segundo TRIGUEIROS (1958, p. 57), a palavra museu significa, etimologicamente, templo das musas. Como estas eram as divindades das ciências e das artes, o vocábulo designou também o lugar destinado a cultivar as artes e as ciências. No século XVI, com Lourenço de Médicis, passou a expressar coleção de quadros. Nos fins do século XVIII era o lugar onde se expunham as obras de arte, passando a se popularizar.

Até o início do século passado, os museus eram, na maioria dos casos, locais onde as peças históricas podiam ficar guardadas em segurança e serem expostas, de maneira estática.

Mas atualmente o museu é dinâmico, principalmente devido à atuação dos museus de arte moderna e a propaganda em torno das suas realizações, que gerou um movimento de opinião pública favorável com reflexos em todos os museus. Além de recolher, classificar, conservar e expor os objetos, estimula pesquisas e promove a divulgação dos seus recursos informativos ou educativos por meio de conferências, publicações, sessões cinematográficas, aulas, procurando atrair o público pela propaganda, incentivando o amor às tradições e o interesse pelo estudo.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define museu como "Uma instituição permanente, não-lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, com objetivos de estudo, educação e entretenimento, evidência material sobre os povos e seu ambiente". Além dos museus de ciência e tecnologia, de astronomia e de história natural tradicionais, o ICOM considera como museus as seguintes instituições científicas:

- Instituições que mantêm coleções e exibem espécimes vivos de plantas e animais, como jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros;
- Centros de ciência e planetários;
- Reservas naturais;
- Monumentos e sítios naturais, que adquirem, conservam e comunicam evidência material sobre os povos e seu ambiente.

O público dos museus normalmente pode ser dividido em três categorias: os estudiosos e pesquisadores, os curiosos e turistas e as crianças acompanhadas por professores.

Experiências bem sucedidas na França e na Inglaterra mostram que é importante que as salas de exposição permaneçam abertas fora do horário comercial, de modo a permitir que a população local também possa se beneficiar das suas influências.

Atualmente existem 17 museus em atividade em Florianópolis: Museu do Palácio Cruz e Sousa, Museu Victor Meirelles, Museu Casa da Alfândega, Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, Museu de Armas Major Lara Ribas, Museu de Arte de Santa Catarina – MASC, Museu de Antropologia da UFSC, Museu da Imagem e do Som – MIS, Museu Etnológico do Ribeirão da Ilha, Museu Histórico de Santa Catarina, Museu do Homem do Sambaqui Pe João Alfredo Rohr S.J., Museu Mundo Ovo Eli Heil, Museu Hassis, Museu do Saneamento, Museu Acervo Histórico Ponte Hercílio Luz, Museu do Bosque Pedro Medeiros (Museu do Presépio), Museu do Carnaval.

A identidade cultural de um povo é construída através dos bens que acompanham o seu cotidiano, contam sua história e relembram seu passado. É inquestionável a importância da preservação desses bens, que se constituem como elos da ligação viva entre passado, presente e futuro, em torno dos quais a função dos museus é desenvolvida. TRIGUEIROS (1958, p. 66)

7.3 LEGISLAÇÃO

7.3.1 Legislação referente à salvaguarda do patrimônio histórico, arqueológico e bens imateriais

A legislação brasileira que protege o patrimônio histórico e artístico nacional teve seu efetivo início com o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. Esta legislação definiu não somente em que consistia o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, como também estabeleceu o mecanismo do tombamento e seus efeitos.

Houve, ao longo dos últimos setenta anos uma evolução gradativa nos conceitos de patrimônio e nos mecanismos legais no Brasil.

As principais leis que regulamentam a salvaguarda do patrimônio histórico, arqueológico e imaterial serão apresentadas nesse capítulo. Essas leis oferecem o amparo legal para a proposta de implantação do núcleo de estudos das Armações, no sítio pré-histórico e histórico da Armação do Pântano do Sul.

Em 1937, através do Decreto lei nº 25, foi organizada a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo o artigo primeiro deste decreto, “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Esse decreto determina também que a lei se aplicaria também às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

O Decreto-lei 3365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre desapropriações das áreas consideradas de utilidade pública, conforme especifica o seu artigo 5º. A alínea L deste artigo declara: “a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias para manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza”.

Em 1961, o então Presidente da República Jânio Quadro sancionou a Lei nº 3924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. A partir

da promulgação desta lei, todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de quaisquer naturezas existentes no território nacionais ficam sobre a guarda e proteção do Poder Público. São considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos, entre outros citados na lei, os “sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimento de utensílios[...]”.

O Art 5º desta lei, declara que “qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos será considerado crime contra o Patrimônio Nacional[...]”. O Art 6º determina que “as jazidas conhecidas como sambaquis, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento [...]”

Segundo o Art 15º, “em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no artigo 5º, do Decreto lei 3365 de 21 de junho de 1941.

No ano de 1977 foi promulgada a Lei 6513, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico. No artigo 1º, a Lei 6513 determina as áreas que devem ser consideradas como locais de interesse turístico de valor cultural e natural. Entre outros elementos especificados, estão os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico. Segundo esta Lei, no Art. 7º, será da competência da EMBRATUR promover pesquisas, estudos e levantamentos nas áreas de interesse turístico, a fim de determinar seus limites, e verificar se a área contém, no todo ou em parte, bens ou áreas sujeitas à regime específico de proteção. Localizando bens desta natureza, os órgão ou entidades nele diretamente interessados participará obrigatoriamente das pesquisas, estudos e levantamentos.

No Art 8º, a Lei 6513 determina que os proprietários dos bens compreendidos no espaço físico a analisar no início dos estudos, pesquisas e levantamentos, serão notificados, e obrigados a garantir a integridade, bem como as autoridades federais, estaduais e municipais interessadas, para o fim de assegurar a observância das diretrizes de uso e ocupação do espaço físico, durante o período desses levantamentos.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, amplia o que estabelece o Decreto-lei nº 25 de 1937. No seu

Art. 216, especifica os bens que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro. Entre vários itens citados na lei, estão inclusos os “conjuntos urbanos de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Segundo este mesmo artigo da Constituição Federal, “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O Estatuto da Cidade, lei que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, sancionada em 10 de julho de 2001, determina os instrumentos de política urbana que podem ser acionados para garantir o desenvolvimento sustentável, garantir o bem estar dos cidadãos e regulamentar o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Os principais instrumentos citados na lei são: Os planos de desenvolvimento, em âmbito nacional, estadual e municipal; através dos institutos tributários, e através dos institutos jurídicos e políticos.

Os instrumentos principais do planejamento em âmbito municipal são o plano diretor, o orçamento participativo e a gestão orçamentária.

Entre os principais instrumentos através da ação dos institutos tributários e financeiros destacamos as contribuições de melhoria e os incentivos fiscais e financeiros.

E os principais instrumentos de política urbana através da ação dos institutos jurídicos são: desapropriações, limitações administrativas, tombamentos, instituição de unidades de interesse social e unidades de conservação, transferência do direito de construir.

A Seção XI do Estatuto da Cidade dispõe sobre a transferência do direito de construir, ou transferência de índice de construção. Segundo o Art 35°, A lei municipal, baseada no Plano Diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- *Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
- *Preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;*

- Servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda e habitações de interesse social;

A questão da animação cultural do espaço humanizado tem sido considerada, de maneira pioneira pela legislação brasileira, através do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 e já conta com amparo legal em Santa Catarina, através do Decreto nº 2.504 de 29 de setembro de 2004. Falta a aplicação municipal desta experiência, para que se possa garantir a longevidade das manifestações da cultura imaterial em Florianópolis.

Vemos pela digressão sucinta sobre a legislação brasileira que há elementos jurídicos que amparam e incentivam propostas de intervenção que visam manter paisagens e divulgar sítios arqueológicos históricos e pré-históricos e bases já lançadas para tornar conhecidas e valorizadas as manifestações da cultura imaterial. A área em questão apresenta todos esses valores: naturais, construídos (históricos e pré-históricos) e manifestações tradicionais.

7.3.2 O Planejamento Urbano em Florianópolis

Segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, no site www.ipuf.sc.gov.br, é preciso planejar o crescimento da cidade para o curto, médio e longo prazo. O planejamento busca antecipar e projetar a ocupação organizada do solo antevendo os próximos 10, 20 e 50 anos. Desta forma, são definidas regras e padrões para sua ocupação, com definição de áreas específicas para residências e para atividades que atendam as vocações do município, tais como comércio, serviços, turismo, lazer e indústrias de tecnologia não poluentes.

Florianópolis tem o seu território planejado através de Planos Diretores, que são permanentemente atualizados com a expansão urbana, buscando o conforto, o desenvolvimento econômico e social, a tranquilidade e qualidade de vida dos moradores, criando as condições para o poder público e a iniciativa privada implantarem a estrutura de apoio apropriada.

Uma das primeiras ferramentas adotadas para o planejamento urbano é o macro-zoneamento do território. O macro-zoneamento define as áreas urbanizáveis e não-urbanizáveis, assegurando assim os limites preliminares de urbanização, a fim de preservar os elementos naturais essenciais, antes da elaboração de um micro-zoneamento detalhado.

Até meados dos anos 70, antes mesmo da criação do IPUF, adotava-se um macro-zoneamento que dividia o território Municipal em Zonas Não Urbanizáveis, que compreendiam as Áreas de Preservação Permanente (APP), as praias de mar aberto com menos de 2000 metros, os sítios arqueológicos, as encostas acima da cota 100 metros, os terrenos de marinha, e as ilhas marítimas; e as Zonas Urbanizáveis, que compreendiam as Zonas de Urbanização Prioritária (ZUP), Zonas de Expansão Urbana (ZEU) e as Zonas de Urbanização Diferida (ZUD).

A partir da década de 1980, o IPUF passou a adotar um novo macro-zoneamento, tentando evitar a urbanização descontínua de áreas rurais e de áreas ecologicamente frágeis que as Zonas de Urbanização Diferidas (que compreendiam as áreas não incluídas nas ZUP e ZEU, mas que podiam ser urbanizadas mediante alteração do macro-zoneamento ou através de projetos de urbanização vinculados a plano econômico de implantação prioritária)

propiciavam. Esse macro-zoneamento ampliou as zonas não urbanizáveis, de modo a incorporar a elas a maior parte das ZUD e ZEU, embora mantivesse um estoque de áreas urbanizáveis suficiente para a expansão urbana dos próximos 10 anos. A partir daí o IPUF passou a adotar as seguintes zonas de Macro-zoneamento:

- Zonas Não-Urbanizáveis: Compreendendo as Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo 42% da área total do município; Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) - 21%; Áreas de Exploração Rural (AER) - 17% e os Sítios arqueológicos.
- Zonas Urbanizáveis: Zona Urbana (20%) e as Zonas de Expansão Urbana.

Além do macro-zoneamento, o IPUF divide o território municipal por áreas, definidas pelo micro-zoneamento. O micro-zoneamento é a divisão detalhada da área urbana em diferentes zonas de uso e ocupação do solo, definidas segundo as funções que deverão desempenhar na cidade: habitação, lazer, trabalho, institucional ou circulação.

Segundo o micro-zoneamento, o território municipal é dividido em: Zoneamento primário – define zonas de uso e ocupação do solo, tanto para fins urbanos como não urbanos; e Zoneamento secundário – define zonas com regras adicionais de ocupação, superpostas ao zoneamento primário.

7.3.3 Uso e ocupação do solo na Armação do Pântano do Sul

No sul da Ilha de Santa Catarina, o uso do solo teve início com a implantação da armação baleeira e a atividade pesqueira, com a formação dos núcleos da Armação e do Pântano do Sul. Na segunda metade do século XX, em função do crescimento urbano de Florianópolis e conseqüente atração de investimentos públicos, os antigos núcleos das áreas litorâneas da Ilha tornam-se atrativos como local de balneários, originando os loteamentos que configuraram a área central da Armação e a ocupação da antiga área de terras comunais pelo loteamento balneário dos Açores. Assim, enquanto a pesca artesanal experimenta um processo de decadência, deixando de representar a principal atividade econômica dos núcleos Armação e Pântano do Sul, essas localidades passam a se configurar como destino turístico sazonal.

Da estrutura inicial de Armação ainda existe a igreja, já modificada em sua aparência original, e o espaço urbano em forma de praça que mantém parte de suas características pioneiras, porém ladeado por equipamentos comerciais atuais. Nos anos 50, surge na Armação, colado ao traçado original, um balneário com malha urbana próxima do "xadrez", como podemos observar na análise das fotos aéreas fornecidas pelo IPUF, das várias décadas.

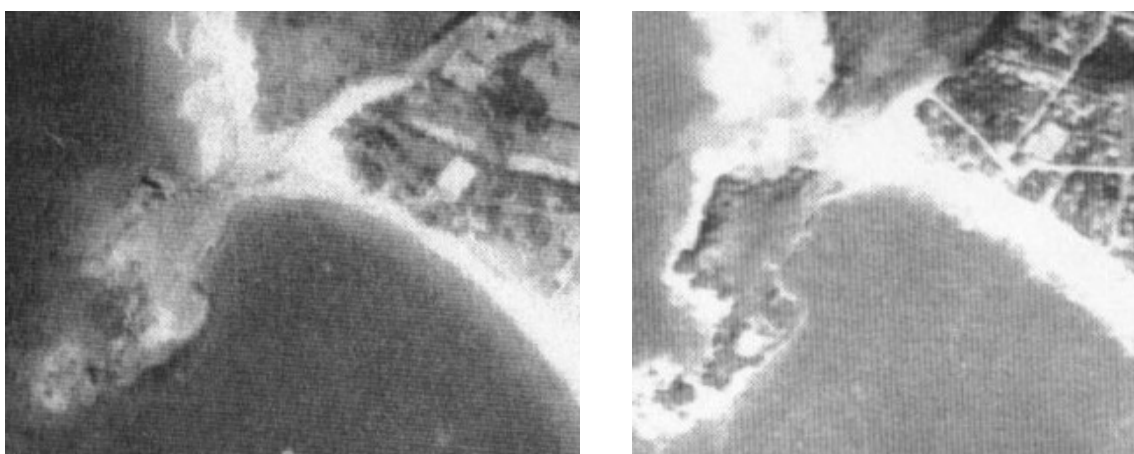


Figura 58 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 1957 e 1977
Fonte: IPUF



Figura 59 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 1994 e 1998
Fonte: IPUF



Figura 60 - Centro histórico da Armação – Foto aérea - 2002
Fonte: IPUF

De acordo com o micro-zoneamento do Plano Diretor dos Balneários, a área histórica da Armação do Pântano do Sul, está definida como AEH – Área de Elementos Hídricos. Segundo este Plano, as AEH compreendem as áreas permanente ou temporariamente recobertas por água, como o mar, os lagos e lagoas, as represas e açudes, os rios, córregos e canais.

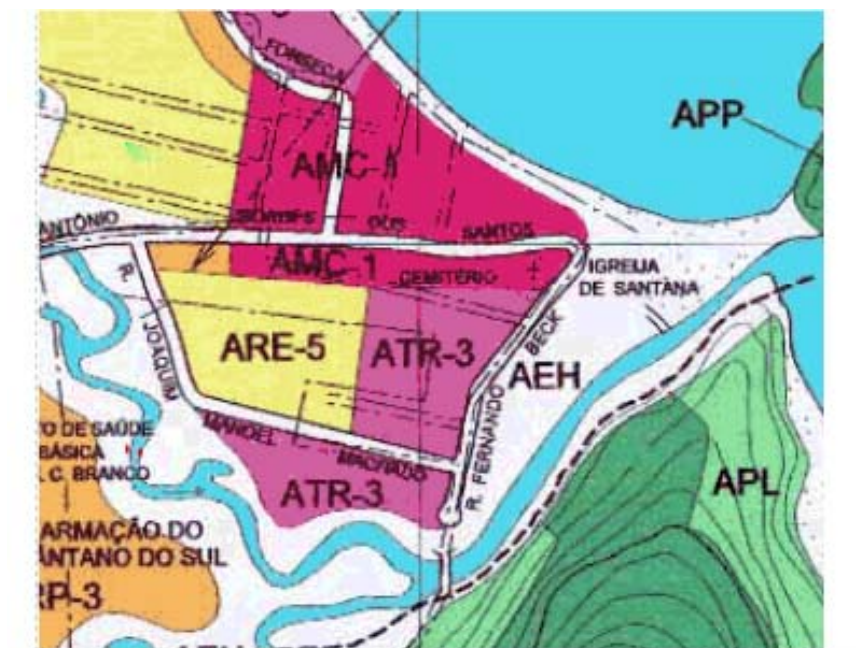


Figura 61 - Mapa de Zoneamento da Armação do Pântano do Sul
 Fonte: www.ipuf.sc.gov.br acessado em 25 de out de 2004

O Art. 149 da Seção IV do Plano Diretor determina que “As Áreas de Elementos Hídricos (AEH) são “Non Aedificandi”, ressalvadas as instalações e construções dos equipamentos públicos e comunitários destinados aos transportes marítimos, às atividades pesqueiras e aos esportes náuticos.”

O Art. 169 da Subseção III do Plano Diretor do Distrito Sede, que trata das áreas Arqueológicas, determina que “As Áreas Arqueológicas são “non aedificandi” e de preservação permanente, ressalvadas as edificações necessárias aos serviços de guarda e conservação”.

Apesar da legislação restringir as edificações na área histórica da Armação do Pântano do Sul, devido ao seu zoneamento, e devido à presença de um importante sítio arqueológico, o parcelamento do solo na área urbana ocorre de forma extremamente improvisada e irregular, resultando na ocupação de todo o sítio arqueológico, além das encostas, áreas com declividades acentuadas e das faixas de proteção dos cursos d'água.



Figura 62 - Ocupação irregular nas encostas dos morros da Armação
Fonte: Relatório de atualização do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul
Disponível em www.pif.sc.gov.br acessado em 27 de out de 2004

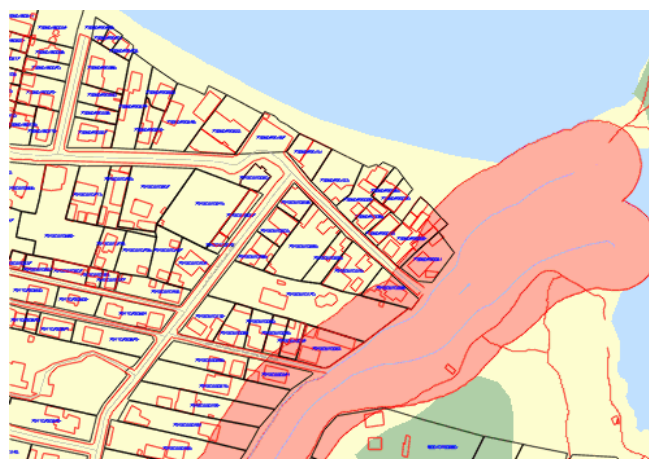


Figura 63 - Faixa de Domínio do Rio do Quincas
Fonte: www.ipuf.sc.gov.br acessado em 25 de out de 2004

Atualmente, o Plano Diretor do Pântano do Sul está sendo atualizado, e ainda não existem definições concretas quanto ao novo zoneamento da região, mas em conversa informal com arquitetos do IPUF responsáveis pela revisão do plano em agosto de 2004, observamos em um mapa de manchas, que o centro histórico da Armação do Pântano do Sul poderá se tornar uma área ATR – Área Turística Residencial, zoneamento que tende a aumentar ainda mais a destruição do sítio arqueológico e das estruturas remanescentes da armação baleeira.

Com a conclusão do Relatório de Atualização do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul, produzido através de convênio de cooperação técnica pelo IPUF, Instituto Ambiente Sul e Associação Comercial e Industrial de Florianópolis,

e disponibilizado em 25 de outubro de 2004 no site www.ipuf.sc.gov.br, entre das diretrizes para o macro-zoneamento da área determinou que o centro histórico da Armação do Pântano do Sul fosse zoneada como Área de Preservação Cultural (APC). Ainda segundo o relatório:

Deverão ser protegidos e recuperados através do planejamento e estruturação de um programa de tombamento, proteção e recuperação do patrimônio histórico e cultural construído, incluindo demarcação e efetiva proteção dos sítios arqueológicos e históricos: Núcleo do Pântano; Núcleo da Armação com Igreja de Sant'Ana; [...].

Mas o relatório por si, não tem o poder de garantir a incorporação desta visão ao Plano Diretor, já que ele, juntamente com a carta de Macro-zoneamento, deverá ainda ser aprovado em Audiência Pública, mas reforça a necessidade de proteção e valorização do patrimônio cultural da Armação do Pântano do Sul, e permite a implantação do Museu Temático, e do núcleo de estudos das Armações, tema central deste Trabalho de Conclusão de Curso.

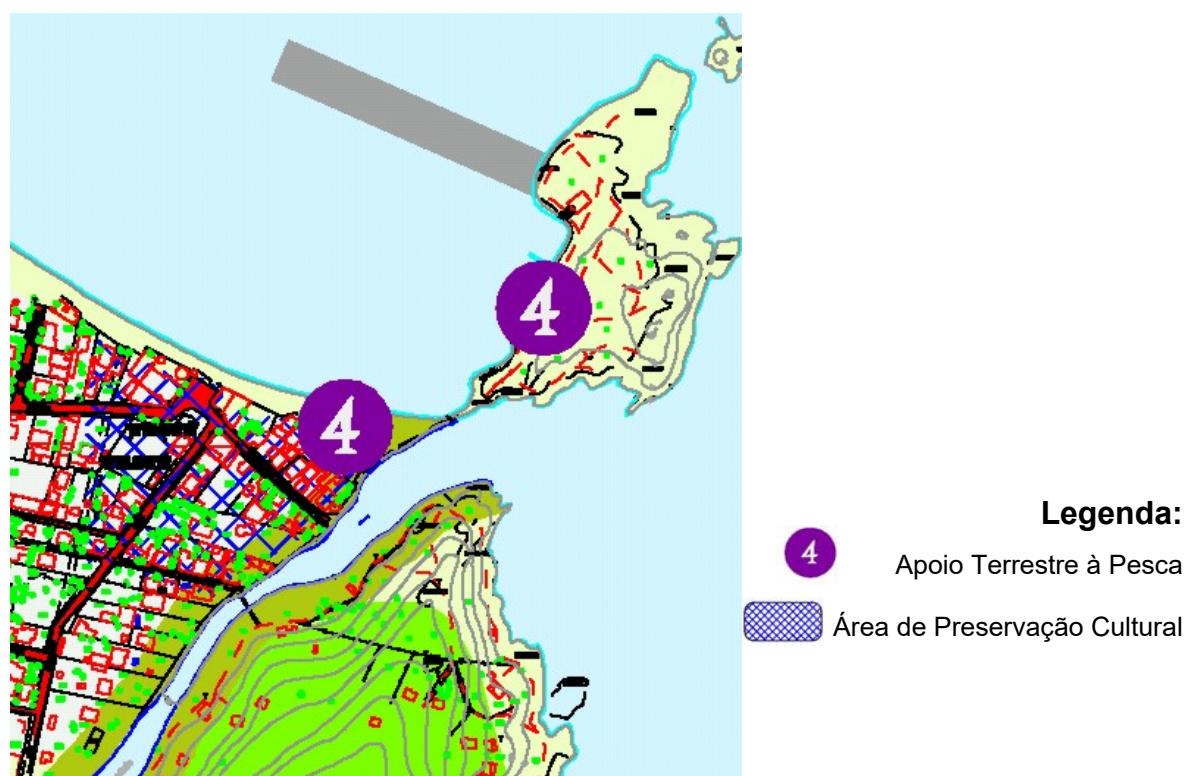


Figura 63 - Mapa de Macro-zoneamento

Fonte: Relatório de atualização do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul
Disponível em www.pif.sc.gov.br acessado em 27 de out de 2004

8 EXEMPLOS COMENTADOS

Os exemplos aqui comentados podem servir como referência, especialmente quanto aos resgates arqueológicos, valorização dos remanescentes arquitetônicos e implantações originais. Representam também boas soluções no que tange aos aspectos educacionais, turísticos e de geração de emprego e renda.

8.1 MUSEU TEMÁTICO: MUSEU DA BALEAÇÃO NA ILHA DO PICO – AÇORES

8.1.1 Introdução: A Baleação nos Açores



Figura 65 - Calçada da Avenida Marginal da Horta
Fonte: <http://www.espacotalassa.com/>

A história da baleação nas ilhas dos Açores começou, em âmbito internacional, por volta do século XVIII, quando as grandes baleeiras inglesas e americanas invadiram seus mares à caça do cetáceo, aproveitando seus portos e baías para reabastecimento, para descanso de seus tripulantes, e principalmente para recrutar novos homens.

Um não pequeno número de baleeiros procedia dos Açores onde freqüentemente as barcas de Nantuket lançavam âncora para completar com entroncados campesinos dessas ilhas rochosas as tripulações. (MELVILLE, 1851, p. 77).

O porto na cidade da Horta, ilha do Faial era o mais procurado. As ruas da cidade e o cais fervilhavam de marinheiros. Os habitantes, especialmente os mais novos, se maravilhavam com as histórias de aventuras e riscos, sendo que o maior impacto advinha-lhes dos enormes “navios-fábrica” norte americanos, que passavam cerca de três anos desbravando os mares antes de voltarem às suas terras. Esses navios todos os anos aportavam no Horta, e ali recrutavam

tripulantes do Faial, Pico e Flores, e muitos desses recrutados emigravam permanentemente para a América, em busca de oportunidades ou para fugir ao recrutamento militar. "... Portanto será o homem do Faial o primeiro a lançar-se na aventura da emigração permanente para a América".(COSTA, 2001).

Os que retornavam às suas ilhas traziam como bagagem o conhecimento técnico da baleação, fator decisivo para a implementação da caça artesanal de forma sedentária, a partir de pequenos portos nas ilhas.

Esse modelo de caça já era adotado nas Armações baleeiras brasileiras, muito antes da fundação da primeira Sociedade Baleeira dos Açores, em 1876, com sede na Calheta de Nesquim, ilha do Pico. Aqui foi justamente a atuação dos baleeiros ingleses e norte-americanos ao longo do nosso litoral e nos mares da Patagônia e nas Falklands, perturbando o movimento migratório rumo às águas brasileiras, aliado ao monopólio que não permitia a pesca em alto mar, que levou as Armações do Brasil Meridional à decadência. "Após 1831 a pesca não mais rendeu à Fazenda Pública e os estabelecimentos das armações foram desviados para outras atividades mais convenientes ao governo"(BALDIM, 1980).

Nos Açores, gerações de baleeiros aperfeiçoaram as técnicas da caça. Por volta de 1940, surgem as modernas fábricas industriais para a produção de óleos, farinhas e outros derivados do cachalote. Esse trabalho durou até 1984, quando foi fechada a última fábrica de armações Baleeiras Reunidas, em São Roque do Pico, atualmente o Museu da Indústria Baleeira. Os motivos da decadência da baleação nos Açores foram o baixo preço oferecido pelo óleo, a implementação da pesca do atum e da indústria de conservas, e a emigração para os Estados Unidos após a erupção do vulcão Capelinhos em 1957. A última baleia capturada nas Lajes do Pico com arpão e lança foi em 1987.

Os últimos velhos baleeiros vão morrendo devagar, mas o imaginário baleeiro permanece na cultura, na religiosidade e na mentalidade do homem açoriano. Hoje, a caça à baleia está proibida. Restam as memórias desses velhos heróis que fizeram do arpão o pão e a aventura...(COSTA,2001)

A ilha do Pico até hoje cultiva os valores e a memória da baleação, através do Museu dos Baleeiros, e da "Semana dos Baleeiros" na Festa da Nossa Senhora de Lurdes. Segundo Manuel Costa, "a história não pode, do ponto de vista lógico, separar o estudo do passado do estudo do presente e do futuro. O

Museu dos Baleeiros, nas lajes do Pico, e o Museu da Indústria Baleeira, em São Roque do Pico, assumem, claramente, como as únicas estruturas museológicas dos Açores com potencial para se tornarem um espaço privilegiado de explicação global da baleação açoriana.”

Ainda, segundo o autor, o Museu dos Baleeiros têm se afirmado como referência do panorama museal dos Açores. Um instrumento reconhecidamente eficaz de desenvolvimento cultural, turístico e econômico da região. Um motor excelente de estimulação da observação dos cetáceos, atividade econômica em franca ascensão, não apenas nos Açores, mas também no Brasil e em Santa Catarina.



Figura 66 - Casas dos botes baleeiros

Fonte site: <http://www.espacotalassa.com/> acessado em 13 de agosto de 2004

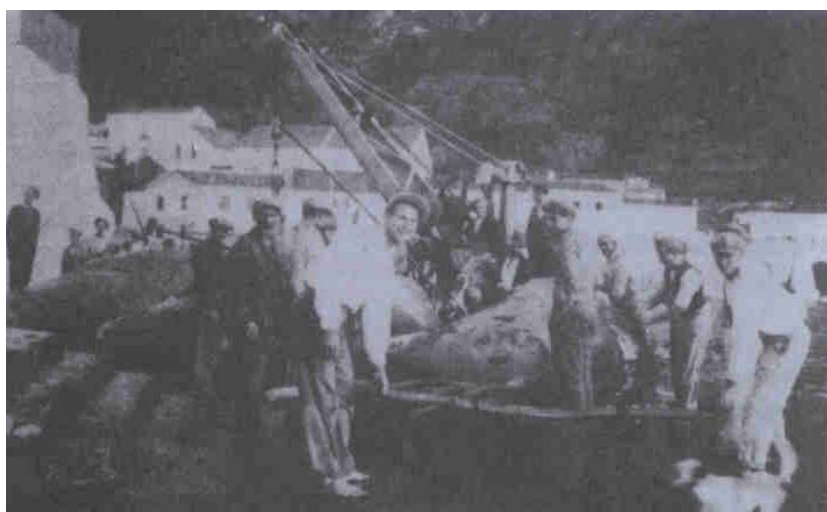


Figura 67 - Baleeiros no cais da Vila das Velas

Fonte : MENDONÇA (1993, p. 72)

8.1.2 O Projeto do Museu dos Baleeiros



Figura 68 - Museu dos Baleeiros
Fonte: Direção Regional da Cultura, 2002

O Museu dos Baleeiros, inaugurado em agosto de 1988 na Ilha do Pico, nos Açores, pretende ser um centro de estudos de ordem histórica da baleação atlântica, especialmente das relações da baleação inglesa colonial e americana com a dos Açores, um ecomuseu, que abrange a localidade onde se insere, a vila das Lajes. Seus propósitos principais são: selecionar, restaurar e expor peças relativas ao patrimônio baleeiro da ilha do Pico. Atualmente é único Museu de Portugal especializado em temática baleeira, constituindo uma referência importante no panorama museológico regional e internacional. Em 1991 foi candidato ao premio Museu Europeu do Ano.

O conjunto arquitetônico que forma o museu é constituído por três antigas casas dos botes, de dois pisos, construídos em alvenaria de pedra rebocada e caiada, com cobertura de duas águas perpendiculares à fachada em telha de meia-cana tradicional, exceto as cumeeiras em telhões de cimento. Com grandes portões antes utilizados para entrada e saída das baleeiras. Integra também a tenda de ferreiro anexa e um novo espaço para biblioteca e arquivo. Em frente ao conjunto foi reconstituído um “traiol”²⁸ de ferro tradicional.

²⁸ Traiol: Local onde se derrete o tocinho do cachalote para se produzir o óleo, antes da existência das fábricas baleeiras

O projeto arquitetônico de recuperação e reabilitação foi elaborado pelo arquiteto Paulo Gouveia, e recebeu uma menção honrosa em 1993 da Associação dos Arquitetos Portugueses e da Secretaria de Estado da Cultura.

O ponto central do museu é a canoa baleeira do Pico, embarcação que representa o elo explicativo entre museus atlânticos do gênero desde a América até a Noruega, e muito semelhante à baleeira utilizada em águas brasileiras. O museu possui também uma grande coleção de scrimshaw²⁹ e de utensílios utilizados na baleação.



Figura 69 - Instalações da canoa baleeira do Pico
Fonte: JORGE, 1998

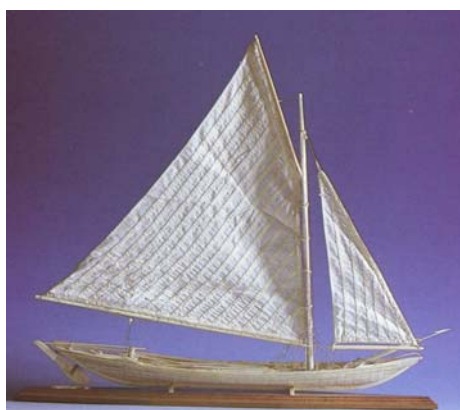


Figura 70 - Baleeira em osso de cachalote e Scrimshaw
Fonte: JORGE, 1998

²⁹ O termo Scrimshaw designa a forma de artesanato através de processo de gravura e escultura em dente e osso de baleias, inserida nas ilhas dos Açores pelos baleeiros americanos.

Outra sala é dedicada a construções das embarcações, e descreve a profissão dos artesãos ligados à caça (marcenaria, o atelier do ferreiro entre outras...). No piso superior estão expostas alfaias agrícolas e outros objetos que identificam as vivências dos baleeiros como homens da terra e do mar, uma zona alusiva à caça (posto de vigia, bote baleeiro...), uma sala sobre a vida quotidiana da ilha do Pico no séc. XIX.

Além de uma biblioteca especializada totalmente dedicada ao tema da caça, o museu dispõe também de um pequeno auditório onde é apresentado o filme “Os últimos baleeiros”.

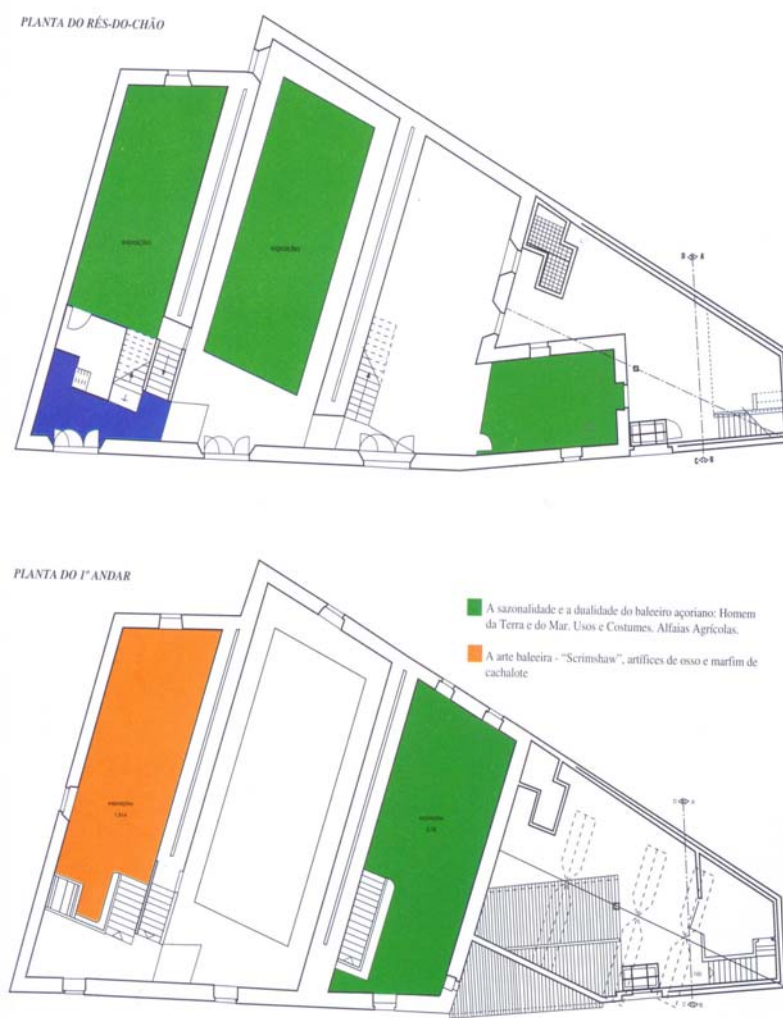


Figura 71 - Planta Baixa Pavimento Térreo e Pavimento Superior
Fonte: DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA (2002, p. 37)



Figura 72 - Canoa baleeira nas Lajes do Pico
Fonte : JORGE, 1998



Figura 73 - Oficina do Carpinteiro
Fonte: JORGE, 1998

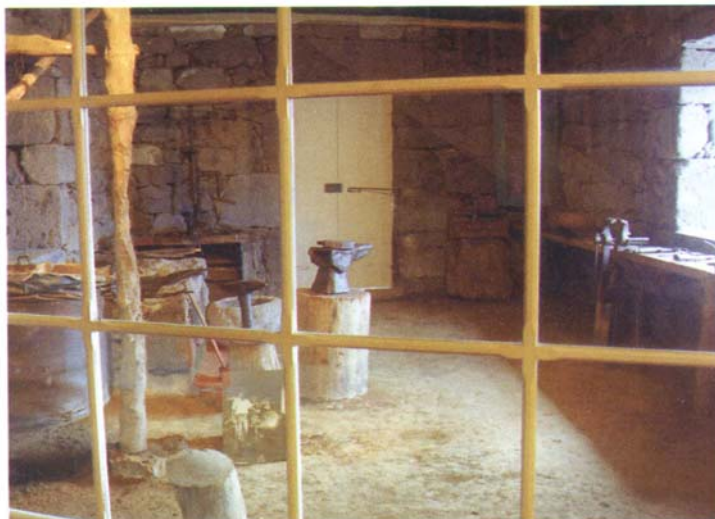


Figura 74 - Oficina do ferreiro
Fonte: JORGE, 1998



Figura 75 - Vista aérea do Museu dos Baleeiros
Fonte: JORGE, 1998

8.2 CONSOLIDAÇÃO DE RUÍNAS: CASA DA TORRE GARCIA D'AVILA



Figura 76 - Vista aérea da Casa da Torre
Fonte: Holanda, 2002

O conjunto arquitetônico da casa construída pela família Garcia D'Avila na localidade de Tatuapara, atual Praia do Forte na Bahia representa importante testemunho da ocupação portuguesa na América do século XVI, e a única construção quinhentista do gênero no país.

Garcia D'Avila chegou ao Brasil em 1549 na expedição de Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil Colônia, e era considerado almoxarife da Coroa Portuguesa na época de Dom João III. Construiu, em 1551, na enseada de Tatuapara, a cerca de 80 Km de Salvador, a Torre Singela de São Pedro de Rates e depois a casa com a atual capela, que passou a ser conhecida como Castelo da Torre ou Casa da Torre.

A construção do castelo foi concluída por Francisco Garcia D'Avila, herdeiro e neto de D'Avila, em 1624. A antiga construção portuguesa está situada a 70m acima do nível do mar, distando 2,5 quilômetros da praia e 3 quilômetros da Vila dos Pescadores de Praia do Forte.

A Casa da Torre foi a unidade central de uma sesmaria por quase trezentos anos, e compreendia áreas desde Salvador até o atual estado do Maranhão, o que correspondia a 800.000 quilômetros quadrados, ou seja, 1/10 da área total do Brasil. As terras serviam como grandes pastagens de gado, provenientes da Índia, e como áreas para cultivo do coco (*Cocos nucifera*), espécie introduzida no Brasil em 1553, originária também da Índia. Desde a sua construção, em 1551, dez gerações da família ocuparam o Castelo, até 1835 quando, após a independência do Brasil, alguns descendentes retornaram à Europa. Atualmente, a Casa da Torre é propriedade da Fundação Garcia D'Ávila, e encontra-se protegida na Fazenda Praia do Forte a mais antiga do Brasil.

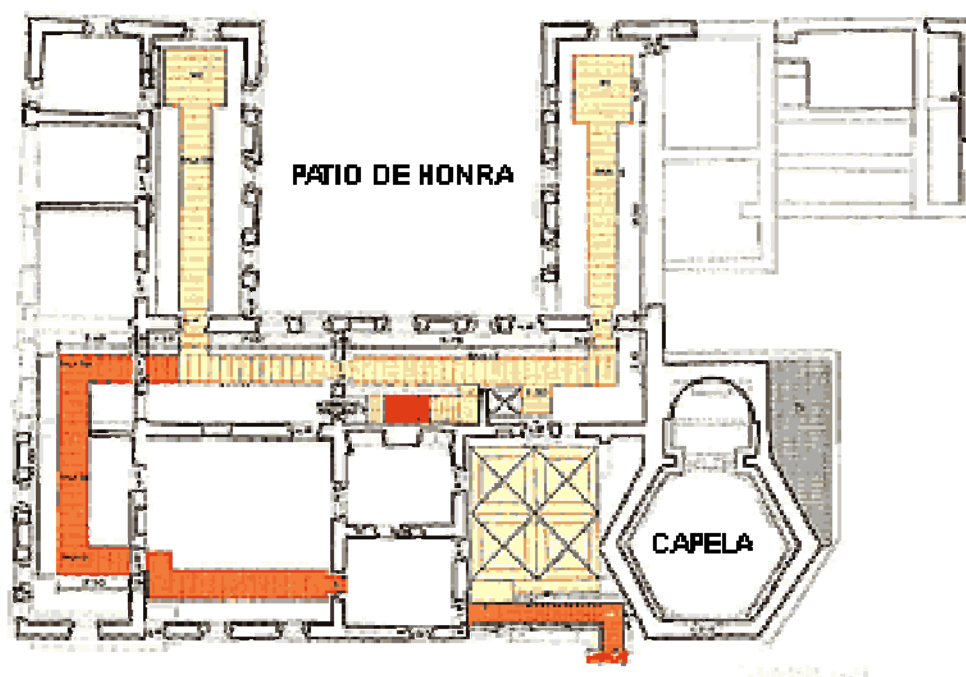


Figura 77 - Planta Baixa da Casa da Torre
Fonte: Holanda, 2002

A capela e as salas contíguas apresentam as paredes de tijolos recobertas por cúpula e abóbada de aresta. O restante do edifício é construído em alvenaria de pedra, típica característica medieval. A construção se desenvolve simetricamente em torno de um pátio de honra. O corpo central da casa possui três pavimentos, enquanto as duas alas, com dois pavimentos, foram construídas sobre arcadas. No subsolo, sabe-se que existiam masmorras e que uma escadaria dupla, partindo do pátio, conduzia ao primeiro andar.

A história do Castelo Garcia D'Avila estava relativamente bem documentada pela bibliografia, cartografia e até mesmo iconografia existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia. Porém nenhuma instituição havia feito ainda um estudo arqueológico da Casa da Torre e seus arredores. Coube então ao Centro de Estudos das Ciências Humanas (C.E.C.H.) executar a primeira fase do "Programa de Reconhecimento Arqueológico e Cadastro de Sítios", com autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dirigido pela Fundação Garcia D'Avila, o trabalho de campo da pesquisa arqueológica começou em agosto de 1998, depois de três meses de exaustivos estudos documentais, bibliográficos, cartográficos e iconográficos.

Seis sítios arqueológicos foram localizados, sendo coletados fragmentos de vasilhames de cerâmica, louças e vidros portugueses, holandeses e ingleses, além de telhas, moedas coloniais, metais como parafusos e cravos. O estudo atingiu uma área de 336,24 alqueires, desde as desembocaduras dos rios Pojuca e Timeantube, alcançando toda a faixa litorânea e estendendo-se até os limites do entorno Casa da Torre

Após a conclusão da primeira etapa de prospecções, o estudo arqueológico da Casa da Torre foi ampliado para fora da área delimitada, e identificou mais sete sítios de importância histórica: as ruínas do cemitério, da capela, do engenho, do porto na foz do Pojuca (provavelmente no mesmo local onde paravam as embarcações na época dos Garcia D'Avila), da armação baleeira, do canal e das casas do povoado de Tapera.

Com relação à capela, foram feitas prospecções arqueológicas e pictóricas que revelaram que o piso original encontra-se a 0,40 cm abaixo do atual e que há vestígios de pinturas e inscrições, tanto nas paredes como na abóbada sextavada.

Segundo Ivan Dórea, supervisor técnico-científico das pesquisas arqueológicas da Praia do Forte, foram feitas 102 sondagens estratigráficas (escavações que pesquisam as várias camadas ou estratos do subsolo), com 2 m x 1 m de profundidade, além de 150 showels-tests³⁰, o que resultou em mais ou menos 1000 peças coletadas, entre inteiras e fragmentadas.

³⁰ Pequenas sondagens de 20 cm quadrados por 20 cm de profundidade.

O conjunto arquitetônico, misto de construção civil e militar, foi tombado como Patrimônio Histórico em 1938 e teve em 1998 o seu projeto de restauração aprovado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Desenvolvida por iniciativa da Fundação Garcia D'Avila, a restauração da Capela e a consolidação das ruínas do Castelo, como também é conhecido a Casa da Torre, foi orçadas em quatro milhões e quinhentos mil reais, e foi realizada com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Eletrobrás, e com apoio das Fundações Roberto Marinho e Luiz Eduardo Magalhães.

O objetivo central dos trabalhos de restauração e revitalização foi deflagrar ações que resultassem na consolidação das ruínas, viabilizando através do turismo cultural as intervenções de caráter estrutural e arqueológico. Concluídas as etapas de diagnóstico e cadastramento do sítio, o projeto de revitalização e consolidação das ruínas se constituiu em: restauração da capela, recomposição espacial da parte mais antiga do monumento (nível térreo), agenciamento do entorno, proposta de visitação, projeto de iluminação monumental e luminotécnica.

A primeira etapa da consolidação das ruínas foi a coleta de informações sobre o monumento. A coleta de dados foi realizada em quatro etapas:

Pesquisa histórica: Desenvolvida na documentação existente nos diversos arquivos, além disso foram analisadas 600 fotografias, com o objetivo de subsidiar a elaboração de uma maquete estrutural da edificação. A pesquisa histórico-documental também foi importante por auxiliar na datação dos diversos materiais construtivos utilizados na construção, a fim de uma melhor compreensão do estado diferenciado de degradação atual dos diversos trechos da ruína.

Levantamento Cadastral: O Cadastro geométrico ou a representação gráfica da ruína foi realizado através da identificação de todas as deformações e deslocamentos estruturais existentes, e da seção geométrica da fundação. Todos os detalhes da ruína foram desenhados minuciosamente.

Levantamento do estado de conservação: O levantamento foi realizado através das diversas manifestações patológicas superficiais. Todas as lesões, deformações, deslocamentos, ocorrência de vazios, manchas de umidade, presença de infestações por ação de insetos, presença de

microorganismos e microflora, grafite e depredações foram representadas graficamente.

Foi analisado também o sistema construtivo original e identificados os tipos de vínculos existentes entre as várias paredes, além do tipo de material empregado na construção.

Ensaio para caracterização dos materiais construtivos da alvenaria:

Através de coleta e análise de amostras, foi possível adquirir o conhecimento das características físico-mecânicas dos materiais, e sua ductibilidade, informações determinantes na elaboração do diagnóstico da estrutura. Após o conhecimento dos materiais antigos foi possível estudar novos traços de argamassas a serem utilizadas na consolidação do interior das alvenarias.

Devido à fragilidade das paredes, constatada pela presença de grande quantidade de vazios no seu interior, de ruptura em elementos estruturais e flambagem de grandes trechos de alvenaria, foi necessária a indicação de escoramento através do fechamento provisório dos vão de portas, janelas e outros vazios, com inserção de alvenaria de tijolos maciços, afim de garantir a segurança durante os trabalhos de consolidação.

O serviço de consolidação estrutural foi precedido pela limpeza manual superficial, embrechamento da alvenaria e consolidação dos revestimentos originais remanescentes.

A consolidação das paredes foi executada em duas etapas. Inicialmente foi feita a regeneração das alvenarias, através do preenchimento dos vazios existentes no seu interior com injeções de argamassa de cal, causados pela infiltração das águas pluviais, e a estabilização estrutural das paredes instáveis. A etapa seguinte foi a execução do reforço do coroamento, com o objetivo de promover, além da ligação entre as paredes, seu contraventamento através do enrijecimento de topo, melhorando assim o desempenho estrutural do conjunto. Primeiramente foi necessária a consolidação básica de uma faixa sob o coroamento das paredes críticas. Sobre esta faixa foi executada uma pequena viga de concreto de alto desempenho, aditivado com fibras de polipropileno e armado com elementos plásticos, material escolhido por apresentar excelente desempenho das funções estruturais necessárias e por ser um material não corrosivo, prolongando sua vida útil.

[...]A aplicação da fibra sintética foi feita sobre uma camada de transição, de modo a preservar a característica de reversibilidade da intervenção, propriedade fundamental a meu ver, quando se trata de introdução de qualquer material contemporâneo em edifícios de valor cultural. Puccione, (1997, p. 67)



Figura 78 - Passarela de aço corten, recuada das alvenarias
Fonte: Holanda, 2002

A ligação entre a cinta e o coroamento das paredes se deu através da colocação de conectores estruturais, de material inoxidável. Foram executadas ligações estruturais em diversos pontos das paredes e costura de trechos rompidos.

Para a fachada voltada para o mar, foi executado um reforço dos vãos com a instalação de molduras em chapa metálica, com pequena espessura em local pouco visível, de modo a promover o reforço global e enrijecimento da ruína. As molduras das portas e janelas foram instaladas nos vãos, sem ligação com a estrutura, podendo ser removidas a qualquer momento, garantindo a reversibilidade da intervenção.

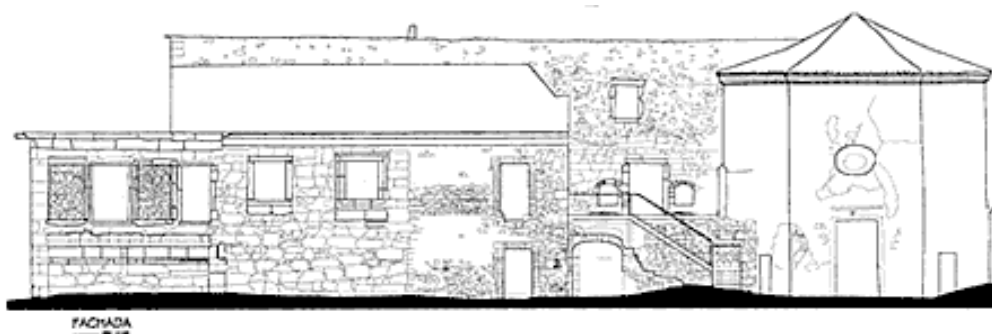


Figura 79 - Fachada da Casa da Torre

Fonte: Holanda, 2002

O piso flutuante e removível foi executado em aço córtén com a mesma paginação do piso cerâmico original e possui dimensões aproximadas de uma sondagem arqueológica, facilitando assim futuras intervenções.



Figura 80 - Piso em Placas de aço corten

Fonte: Holanda, 2002

Segundo Puccioni (1997, p. 68), para realizar uma intervenção que não cause danos ao edifício de valor cultural, ela deve ser precedida por um diagnóstico o mais completo e aprofundado possível. O profissional restaurador deve ter como princípio “estudar o máximo para intervir o mínimo, com segurança

e eficiência”. Além disso, continua a autora, é fundamental a multidisciplinaridade da equipe técnica responsável pela consolidação. Deve haver um equilíbrio entre a participação de profissionais com formação científica e artística . “Não se deve esquecer que um bem cultural possui duas dimensões: a cultural e a estética”.

8.3 SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA

O turismo cultural atualmente é uma das atividades econômicas que mais crescem em todo o Brasil. O turismo cultural tem a vantagem de ser a modalidade de turismo que menos polui, mais gera divisas ao estado, e pode ser explorado durante todo o ano.

Considerando que a interpretação é um elemento essencial à conservação e gestão do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes, visando a proteção do objeto de visita, popularizando o conhecimento ambiental e induzindo a atitudes de respeito e proteção, analisamos neste trabalho dois exemplos bem sucedidos de sinalização interpretativa executadas no norte da Ilha de Santa Catarina, afim de adquirir subsídios para propor uma sinalização eficiente para o sítio pré-histórico e histórico da Armação do Pântano do Sul. Os dois trabalhos analisados foram idealizados pelo IPHAN, sendo que o projeto do Costão do Santinho foi executado em 1992, e o projeto dos sambaquis dos Ingleses no ano de 2002.

8.3.1 Sinalização Interpretativa do Museu arqueológico ao ar livre do Costão do Santinho



Figura 81 - Museu ao ar livre do Costão do Santinho
Foto: Ivan Berticelli (2004)

Localizado na Praia do Santinho³¹ em Florianópolis, o Museu Arqueológico ao ar livre está dentro de uma reserva particular e é administrado pelo Costão do Santinho Resort com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente. O sítio arqueológico do Costão do Santinho possui um grande número de inscrições rupestres, os petroglifos, com cento e dez inscrições catalogadas em três sítios.



Figura 82 - Petroglifos do Costão do Santinho
Foto: Fabiana Comerlato. Fonte: GARCIA JUNIOR.

³¹ A Praia do Santinho deve este nome a uma inscrição rupestre, cujo formato lembrava um pequeno santo. Pescadores costumavam fazer um culto simbólico a essa inscrição já desaparecida, acendendo velas e rezando para pedir proteção e farta pescaria.

Recebendo cerca de 60 mil pessoas a cada ano, o Museu Arqueológico oferece uma amostra de inscrições rupestres gravadas nas rochas e oficinas líticas, realizadas entre um mil e seis mil anos atrás. O caminho que forma o roteiro está sinalizado e calçado e parte do conjunto arqueológico foi protegido por uma estrutura de sombreamento. A recepção do hotel Costão do Santinho, responsável pelo empreendimento, considera-se preparada para encaminhar os visitantes, que também têm a opção de chegar ao sítio pela orla marítima.



Figura 83 - Vista da Trilha e das placas com sinalização interpretativa do patrimônio natural

Foto: Ivan Berticelli (2004)

A interpretação do sítio é realizada através de dois tipos de sinalizações, placas verticais interpretativas, com estrutura em madeira de lei, onde se encontram as informações, impressas em acrílico, acerca da história, fauna, flora e geologia e importância do sítio. Além das placas interpretativas, o caminho é marcado por pequenos totens de concreto armado, com noventa centímetros de altura, em cujo topo está fixada uma pequena placa indicativa em aço com dicas de observação, otimizando a visita do turista, estimulando o olhar, provocando a curiosidade.



Figura 84 - Vista Geral da trilha sinalizada e do Tóten de concreto com sinalização
Foto: Ivan Berticelli (2004)

O petroglifo do Costão do Santinho está protegido por uma estrutura tensionada em aço e madeira, garantindo uma relativa proteção contra a insolação, e direcionando o olhar do visitante para o símbolo do Costão.



Figura 85 - Estrutura de proteção dos petroglifos
Foto: Ivan Berticelli (2004)

Além das placas indicativas e da sinalização interpretativa, existem inúmeras figuras humanas estilizadas, em aço tubular, sugerindo um retorno ao passado, quando os homens dos sambaquis freqüentavam essas praias.



Figura 86 - Representação do homem pré-histórico
As silhuetas projetadas contra o mar procuram lembrar as antigas andanças do homem
Foto: Ivan Berticelli (2004)

A trilha sinalizada tem pavimentação em cimento queimado e tijolos cerâmicos, material não antiderrapante, que poderia causar alguns problemas aos visitantes quando molhado. Além disso, a pequena largura da trilha (oitenta centímetros) impossibilita que duas pessoas atravessem ao mesmo tempo, assim, quando dois visitantes se encontram em direções opostas, um obrigatoriamente tem que sair da trilha para que o outro passe, danificando as bromélias e o entorno do caminho.

8.3.2 Sinalização Interpretativa das oficinas líticas da Praia dos Ingleses



Figura 87 - Placa de sinalização interpretativa das oficinas líticas
Foto: Ivan Berticelli

O projeto da sinalização interpretativa dos sambaquis e das oficinas líticas na Praia dos Ingleses é composto de placas interpretativas, em aço e madeira, com iluminação indireta, onde estão gravadas as informações a respeito dos conjuntos de marcas e depressões em formas de bacias e sulcos encontrados geralmente em suportes rochosos de diabásio e granitos das praias e rios, chamadas oficinas líticas.



Figura 88 - Placa de sinalização interpretativa
Foto: Ivan Berticelli

Foi construído ao longo do costão um deck de madeira, que direciona o visitante no percurso de observação, protegendo as oficinas e inscrições.

Além da sinalização interpretativa, placas indicativas das oficinas líticas em formato retangular com dez centímetros de comprimento e sete centímetros de largura foram fixadas no deck. As placas fixadas no chão permitem a indicação da posição dos principais elementos do sítio, sem se sobressair mais que o objeto indicado.



Figura 89 - Placas de sinalização indicativa no deck de madeira
Foto: Ivan Berticelli

Na praia dos Ingleses, além do sítio pré-histórico existe também um naufrágio de uma embarcação europeia, encontrado em 1989 pelo arquiteto e mergulhador profissional Alexandre Viana. Neste naufrágio foram encontrados diversos objetos semi-enterrado no leito marinho, que posteriormente foram identificados como sendo restos de botijas peroleiras³², possivelmente originárias da Espanha, fabricadas entre os anos de 1560 e 1640. Segundo Alexandre, a embarcação tem de 35 a 40 metros e transportava aproximadamente 100 tripulantes, supostamente uma Nau espanhola.

³² Peças que serviam como depósito de água, vinho ou azeite de oliva, provavelmente confeccionadas em Sevilha. Existem achados arqueológicos semelhantes aos encontrados nos Ingleses em museus dos Estados Unidos, Portugal e República Dominicana.



Figura 90 - Sinalização interpretativa do Naufrágio na praia dos ingleses
Foto: Ivan Berticelli

No ano de 2001, com a autorização da Marinha do Brasil, os pesquisadores Alexandre Viana, Marcelo Lebarbenchan Moura e Narbal de Souza Correia fundaram a Organização não-governamental PAS (Projeto de arqueologia Subaquática), com o objetivo de administrar e supervisionar os projetos de prospecção arqueológica e exploração do sítio histórico. O projeto de arqueologia da praia dos Ingleses está sendo fiscalizado pela Marinha do Brasil, através do arqueólogo subaquático Luis Otávio de Castro Cunha, especialista em restauração de materiais arqueológicos subaquáticos.



Figura 91 - Detalhe de botija peroleira, Prospecção subaquática e Chocalho de animais
Fonte: www.ongpas.org

Nos trabalhos estão sendo empregadas as mais modernas técnicas de investigação e documentação, como a fotogrametria e a estereofotografia, utilizada para reproduzir plantas exatas dos sítios a partir de fotos estereoscópicas tiradas de vários pontos de um mesmo local. Trata-se de um projeto pioneiro no Brasil, sendo o único autorizado pela Marinha do Brasil, após as alterações introduzidas pela lei n.º10.166, de 27 de dezembro de 2000 e que servirá de suporte para estudos e pesquisas do gênero em todo o litoral brasileiro.



Figura 92 - Anel, Projéteis de vários calibres e Tinteiro

Fonte: www.ongpas.org

O primeiro passo dos trabalhos foi estimar os limites da zona de prospecção, e demarca-la com bóias e cabos. Em seguida foi feita a batimetria e cobertura topográfica do local para a instalação das quadrículas de dimensões de 2m x2m, e início da escavação sistemática com air-lift³³. Todo o material sugado passa por uma triagem, e os objetos encontrados são catalogados e recebem tratamento de conservação imediata. Os objetos encontrados pelos pesquisadores estão em excelente estado de conservação. O sítio arqueológico apresenta uma riqueza de detalhes e variedade de minúsculas peças arqueológicas que justificam uma pesquisa avançada de caráter histórico, científico e interpretativo.



Figura 93 - Detalhe dos ossos humanos encontrados no naufrágio (dois homens)

Foto: Ivan Berticelli

Os mergulhadores trabalham em turnos, com alternância de equipes, e todo o trabalho é acompanhado de perto por arqueólogos e técnicos de diversas

³³ Sugadora com proteção e aparador de materiais com peneiras em bolsas de apoio

áreas. Além disso todo o trabalho é registrado através de filmagens, desenhos e fotografias.

Todas as peças removidas do sítio submerso recebem tratamento de conservação emergencial para posterior restauro. Nesta fase de prospecções, a PAS está instalada em vários contêineres cedidos pela marinha, que também funciona como um centro de visitação e exposição das peças coletadas.



Figura 94 - Relógio de sol encontrado pela equipe de mergulhadores
Fonte: www.ongpas.org

Ao lado da base de operações do PAS está sendo construído um galpão para os pescadores artesanais da região³⁴, que deverá ser cedido para o projeto ampliar suas instalações, a fim de construir um museu para a exposição das peças coletadas.

Em entrevista informal, Alexandre Viana revela que gostaria que as peças encontradas neste naufrágio ficassem o mais próximo possível da praia dos Ingleses. Segundo ele, existe o projeto da construção de um museu do mar, onde os objetos retirados deste sítio arqueológico possam tornar-se mais uma atração turística e educativa, a fim de estimular o turismo cultural durante todas as estações do ano.

Um dos grandes méritos deste projeto é que a prospecção pode ser acompanhada pela população local e flutuante, através das placas, letreiros

³⁴ A Ong PAS tem mantido uma relação de respeito à cultura da pesca artesanal. Um exemplo disso é o fato dos trabalhos terem sido interrompidos durante a pesca da Tainha, a pedido dos pescadores, que devido ao costume local, não permitem que mergulhadores e surfistas freqüente a área durante o cerco.

indicativos, vitrines do contêiner e visita ao local onde monitores preparados recebem os visitantes.



Figura 95 - Vitrines com as botijas peroleiras e demais objetos encontrados
Foto: Ivan Berticelli

9 DEFINIÇÕES GERAIS: MUSEU TEMÁTICO E SINALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO

A Armação do Pântano do Sul é um importante sítio arqueológico pré-histórico, histórico e natural localizado no Sul da Ilha de Santa Catarina. As cartas patrimoniais e a legislação brasileira, afirmam a necessidade de preservação da Armação do Pântano do Sul, ao definirem os monumentos e paisagens históricas, arqueológicas e culturais passíveis de salvaguarda.

Baseado nas cartas patrimoniais, no imenso valor cultural do sítio, na análise do contexto urbano do balneário, e principalmente no fato de todas as construções da área estarem irregulares por se localizarem em área de marinha – AEH (área de elementos hídricos) e sobre um importante sítio arqueológico; e embasados pelo artigo 15 da Lei Federal nº 3924 de 26 de julho de 1961³⁵, propomos a desapropriação do sítio arqueológico histórico e pré-histórico compreendido à leste da Capela de Sant’Ana, totalizando uma área de aproximadamente 11000 m², que deverá se tornar uma APC (área de preservação cultural), devendo ser objeto de projetos científicos, prospecções e

³⁵ “Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no artº 5 do Decreto-lei nº3365 de 21 de junho de 1941”

ações educativas, afim de estruturar e organizar a atuação sobre os vestígios arqueológicos e históricos da Armação do Pântano do Sul.

No TCC2 deverão ser desenvolvidas duas propostas, uma em nível macro, envolvendo o zoneamento do sítio arqueológico histórico da antiga Armação, e o sítio pré-histórico das comunidades pré-cabralinas. A segunda proposta deverá ser a solução arquitetônica para o núcleo de Estudos das Armações, que deverá incluir também um Museu Temático, restaurante e cyber-café.

Gradativamente, através da transmissão de índices de construção, os proprietários do local deverão ser remanejados para outras áreas. As desapropriações irão atingir um total de dezessete proprietários, sendo nove unidades residenciais e oito unidades comerciais. Os moradores deverão ser inseridos no processo de implantação da APC, através de programas de educação patrimonial e ambiental, e os comerciantes deverão ser estimulados a exercerem atividades coerentes com o patrimônio cultural, estimulando a preservação.

A APC deverá ser implantada através de um zoneamento dos espaços com critérios para sua utilização, de acordo com as características da área e os potenciais de adequação ao uso. Baseado nas propostas de Heloísa Gama de Oliveira para a Serra do Cipó, dividimos a área em três zonas distintas:

Zonas de Conservação Total: Caracterizada pelos ecossistemas frágeis, como as áreas de grande interesse arqueológico. Nesta área o uso se limitaria às atividades de pesquisa e prospecção arqueológica.

Zona de Conservação Parcial: Áreas onde seria permitido o uso para o lazer, ou para estacionamentos, desde que seja feita uma coleta superficial dos elementos arqueológicos e análise da superfície do solo. Posteriormente a área deverá ser protegida por uma camada de areia antes de liberada para o uso. Essa função não colocaria em risco os vestígios arqueológicos, devido à grande profundidade das camadas de interesse (aproximadamente 1,50 m).

Zonas de Uso Intensivo: Áreas já caracterizadas como uso antrópico, podendo se constituir em zonas de usos múltiplos como: Áreas de revitalização, como o entorno imediato da Capela de Sant' Ana; Áreas destinadas ao comércio, serviços e residências; Áreas de uso especial, onde serão locadas as instituições culturais como o Museu Temático e o Núcleo de Estudos das Armações.

O Museu Temático será um espaço onde os objetos prospectados na área serão analisados, registrados e expostos. Deverão também ser expostas no local as peças encontradas pelo arqueólogo Padre João Alfredo Rohr, e que hoje estão guardadas no Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense.

O cyber-café funcionará como ponto de ligação do Museu Temático com outros Museus do gênero no Brasil e no mundo, como o Museu da Baleação em Imbituba e o Museu da Baleação nos Açores. O restaurante deverá estimular o turismo gastronômico.

O Núcleo de Estudos das Armações deverá ser um espaço para manifestações culturais da comunidade, reuniões de entidades e onde poderão ser ministradas oficinas de educação patrimonial, preparando os moradores das comunidades para atuarem como guias na promoção e divulgação dos valores da região.

Baseado em entrevista informal com a arquiteta Cíntia Chamas, do IPHAN, responsável pelo processo de tombamento e pelo projeto de manejo sustentável da Ilha do Campeche, deverão ser respeitados dois condicionantes: o acesso de veículos de grande porte até a praia, a fim de permitir o escoamento do pescado, e a permanência no local da Associação de Pescadores, devido ao seu uso histórico. A Associação de pescadores também deverá ser objeto de projeto arquitetônico, a fim de adequar a arquitetura do edifício às novas funções culturais do local.

A linguagem utilizada nos projetos arquitetônicos deverá ser de fácil apropriação para moradores e turistas, fortalecendo a identidade do lugar. A escala dos projetos deverá se adequar à escala das demais edificações da região, com a finalidade de não interferir na paisagem.

Todo o sítio arqueológico histórico e pré-histórico deverá ser sinalizado e interpretado, e a sinalização deverá fazer a ligação entre os vários pontos de interesse da região, direcionando o olhar de turistas e moradores para os atrativos do local.

Essa sinalização interpretativa do patrimônio cultural deverá ter como princípio a não interferência na paisagem. As placas interpretativas deverão ser fixadas em local afastado dos elementos a indicar, evitando que se sobressaiam mais que as ruínas, a paisagem ou as oficinas líticas, no espaço.

No Trabalho de Conclusão de Curso II deverá ser projetado um deck que faça a ligação entre as diversas estruturas remanescentes da armação baleeira, e que direcione o visitante para o Museu Temático e para o Núcleo de Estudos. As ruínas da armação, as oficinas líticas, e os demais elementos passíveis de serem sinalizados, deverão ser indicados através de sinalização no piso, ou no deck de madeira, garantindo a visibilidade da estrutura. Outra estrutura que deverá fazer parte deste projeto será um mirante, onde deverá ser disponibilizado um mapa geral da área com a indicação de todos os pontos de interesse.

Enfim, o projeto da paisagem deverá ser viabilizado com a participação efetiva da comunidade, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do lugar, incentivando um novo olhar sobre a paisagem.

Dar forma a uma idéia, tradicionalmente entendida como o trabalho do arquiteto, é nesta perspectiva um elemento de um todo mais complexo, onde a forma materializada passa a ser uma consequência da valorização atribuída pelas pessoas, num processo de interação com o lugar, numa atitude de co-gestão de um espaço existencial – construindo com a paisagem. OLIVEIRA (19-- , p. 238)

9.1 MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL

9.2 MAPA DE PONTOS DE INTERESSE PARA SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA

9.3 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO DA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL

9.4 ZONEAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balneário da Armação do Pântano do Sul foi um importante núcleo de exploração do azeite de baleia - a primeira indústria catarinense - no Brasil Meridional. Instalada durante o período de exploração da família Quintela, no ano de 1772, tendo Sant'Ana como padroeira produziu o azeite de baleia até o ano de 1831, quando foi arrematada por particulares entrando em decadência.

Mas antes do período colonial, o balneário foi habitado por populações litorâneas que viviam da caça e da pesca, e deixaram seus vestígios em uma área de aproximadamente 2000 m². Deste sítio, pouco mais de 100 m² foram escavados pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, S.J., em 1969.

Com o crescimento urbano de Florianópolis e o incremento do turismo a partir das década de 1970, o balneário passou por um processo de crescimento desordenado, causando grande impacto nas estruturas centenárias e até milenares, resquícios da armação de baleias, e do sítio arqueológico.

Exemplos de oficinas líticas encontradas na praia da Armação do Pântano do Sul e danificadas por moradores que tinham a pretensão de indicar os vestígios arqueológicos aos turistas, marcando-as com tinta a óleo, provam a necessidade urgente de oficinas de educação patrimonial e de um espaço para a exposição dos vestígios das antigas comunidades pré-históricas e coloniais,

visando a apropriação dos bens culturais, garantindo a manutenção da memória e identidade coletiva dos moradores.

Essa proposta será aplicada no Trabalho de Conclusão de Curso II, onde serão projetados a sinalização interpretativa do patrimônio histórico e cultural do balneário, e o projeto arquitetônico de um Museu Temático, onde as peças encontradas nas escavações poderão ser expostas, além do acervo referente ao período da baleação, e de um núcleo de estudos das armações, onde a comunidade local poderá receber assessoramento e educação patrimonial e ambiental, formando especialistas em preservação, conservação e ecoturismo cultural.

São necessárias novas atitudes que resultem em uma gestão mais eficiente do patrimônio arqueológico na Ilha de Santa Catarina e especialmente na Armação do Pântano do Sul. Mas para isso é necessário o reconhecimento oficial do valor do sítio por parte dos órgãos gestores, através de tombamento, ou de outro instrumento legal de proteção que impeça a dilapidação desse rico patrimônio.



Figura 96 - Oficina lítica encontrada na Ponta das Campanhas, danificada com tinta a óleo.
Foto: Luana Periotto Costa em 23 de set de 2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO COUTO DE MAGALHÃES DE PRESERVAÇÃO DA ILHA DO CAMPECHE. Ilha do Campeche patrimônio Nacional. Florianópolis,

BALDIM, Nelma. Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina. Florianópolis: Fundação Catarinense de cultura, 1980.

BERGER, Paulo (org). Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVII e XIX. Florianópolis, Ed. da UFSC, Assembléia Legislativa, 1984.

BRASIL. Constituição de 5 de outubro de 1988. Artigos referentes ao Patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: [http:// www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 20 de set de 2004.

BRASIL. Decreto n. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http:// www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 20 de set de 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível em: [http:// www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 20 de set de 2004.

BRASIL. Lei nº 3924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [http:// www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 20 de set de 2004.

CABRAL, Rolando A.X.F. Açores: Guia de turismo. Ponta Delgada – Açores: Ed. Empresa de Publicidade e Comércio dos Açores e Madeira, Ida,

CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA Cidade da Horta. Ponta Delgada, Açores: Ed. PUBLIÇOR, 1997.

COMERLATO, Fabiana. Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica. 1998. Dissertação.(Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

COMERLATO, Fabiana. Populações pré-históricas da Ilha de Santa Catarina. [S.I.], 2002. Disponível em: <http://www.campeche.org.br/ponta-almas/pontaalmas.html>. Acesso em 15 de julho de 2004.

DE MASI, Marco A. Nadal. O enigma dos sambaquis e dos índios de Santa Catarina antes de 1500.In: CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo. Índios, baleeiros e imigrantes: a aventura histórica catarinense. Tubarão: Ed. UNISUL, 2000.

DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA. Pico: Guia do patrimônio Cultural. Ed. Atlantic View Actividades Turísticas Lda, 2002.

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DOS AÇORES. Do mar e da terra: Uma história no Atlântico. Angra do Heroísmo, Açores,

DIREÇÃO REGIONAL DE TURISMO. Açores: nove ilhas para reencontrar a natureza. Horta, 2002.

ELLIS, Mirian. A baleia no Brasil Colonial. São Paulo: Editora USP, 1969.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis. Florianópolis. IPUF, 1998.

GARCIA JUNIOR, Edgar. Inscrições rupestres na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Trabalho realizado dentro da disciplina de “História e Multimídia” do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HOLANDA, Gastão de. A casa da Torre de Garcia D' Ávila. Rio de Janeiro: Eletrobrás / Fundação Garcia D' Ávila, 2002.

INSTITUTO AMBIENTE SUL. Planejamento Urbano e ambiental: Atualização do Plano Diretor do Distrito do Pântano do Sul. Florianópolis: Convênio 113/IPUF/O3. Julho de 2004.

IPHAN. Cartas patrimoniais. Ministério da Cultura. Brasília, 1995.

IPHAN. Ilha do Campeche: Proposta de Tombamento. Florianópolis: 11ª. Coordenação Regional, 1998.

JORGE, Filipe; VALDEMAR, Antônio. Açores vistos do céu. Lisboa: Ed. Argumentum, 1998.

LUCAS, Keler. Arte Rupestre em Santa Catarina. Florianópolis: Rupestre, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1986.

MELVILLE, Herman. Moby Dick. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

MENDONÇA, Num' Álvares de; MENDONÇA, Rui . Memórias de um baleeiro: caça à baleia nos Açores - 1930 – 1945. Lisboa: Salamandra, 1993.

MUSEU DE ANGRA DO HEROÍSMO. Sob o signo da etnografia: as origens de um museu regional. Angra do Heroísmo, Açores, 2000.

PAULI, Evaldo. Megahistória de Santa Catarina. Fundação Cultural Simpósio. Documento disponível na Web.

PEREIRA, Jorge Alberto da Costa. Peter Café Sport, Faial, Açores. Lisboa: Ed. Quertzal, 1995.

PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1983.

PUCCIONE, Silvia. Consolidação de um sítio arqueológico nas ruínas da Casa da Torre de Garcia D' Ávila. In: HOLANDA, Gastão de. A casa da Torre de Garcia D' Ávila. Rio de Janeiro: Eletrobrás / Fundação Garcia D' Ávila, 2002.

RAACH, Karl-Heinz; DORES, Victor Rui. Açores, as ilhas ocidentais. Angra do Heroísmo, Açores: Ed. BLU, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulard. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ROHR, João Alfredo. O sítio arqueológico do Pântano do Sul. Florianópolis: Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SCHIMITZ, Pedro Ignácio; DE MAISI, Marco Aurélio Nadal; VERARDI, Ivone; LAVINA, Rodrigo; JACOBUS, André Luis. O sítio arqueológico da Armação do Sul: Escavações arqueológicas do Pe João Alfredo Rohr, S.J. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1992.

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS. Açores: Roteiro dos Museus.

TONERA, Roberto. (org.) Projeto Fortalezas Multimídia. Universidade Federal de Santa Catarina: Fundação de Amparo à pesquisa e extensão universitária. CD-ROM

TRIGUEIROS, F. dos Santos. Museu e Educação. Rio de Janeiro: Irmão Pongetti Editores, 1958.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Fundação de amparo à pesquisa e extensão universitária: Projeto Fortalezas Multimídia. Coordenação: Roberto Toner. CD-ROM.

VEIGA, Eliane. Minuta de Apostila de Reabilitação e Restauração. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2003.

ZEVI, Bruno. Saber ver arquitetura. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.